



Centro Histórico de

PIRATINI

PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S884c Storch, Ceres.

Centro histórico de Piratini : preservação e valorização /
Ceres Storch, Vladimir Roman. – Porto Alegre : Paisagem do
Sul, 2012.

142 p. : il. color. ; 22 x 22 cm.

Possui fotos e mapas.

ISBN 978-85-98956-05-3.

1. Piratini – Rio Grande do Sul. 2. Piratini – História.
3. Piratini – Patrimônio. 4. Rio Grande do Sul – História. I.
Roman, Vladimir. II. Título.

CDU 981.652

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Deisi Hauenstein CRB 10/1479



Centro Histórico de

PIRATINI

PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO

Ceres Storchi
Vlademir Roman

Paisagem do Sul - Editora, 2012



www.turismopiratini.com.br

Agradecimentos

A Adel Vaz Bandeira, Alice Cardoso, Ana Lúcia Meira, Angélica Barroso Panatieri, Antônio Lobato Ortiz, Bibiana Knapp Wustrow, Carlos Isnaldo Gomes Rickes, Daniele Martins Amaral, Eduardo Hahn, Élio Pinheiro Amaral, Ismael Monticelli, Jimmy Carter Porto Gonçalves, João Manoel Ferreira, Juarez Machado de Farias, Juliana Pinheiro da Silva, Jussara Cruz Argoud, Leonardo Corá, Luiz Antonio Custódio, Luiz Fernando Mainardi, Maria Etelvina Bergamaschi Guimaraens, Maria Teresa Chaves Custódio, Mirian Sartori Rodrigues, Naida Menezes, Nico Rocha, Otávio Fernando Madruga Alves, Roberta Guerra, Rodrigo Poltosi, Roger da Silveira Morales, Rosana Silveira Manetti, Rosâni Boeira Ribeiro, Valdo de Souza Garcia, Vanessa de Oliveira Bezerra e Vitor Ivan Gonçalves Rodrigues.

À Associação dos Amigos do Museu Histórico Farroupilha, BNDES, IPHAE, IPHAN, Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de Piratini, Museu Municipal Barbosa Lessa, SEBRAE, SEDAC-RS pelo apoio institucional a este projeto.

Autores

Ceres Storch

Vladimir Roman

Fotografias

Paulo Backes

Projeto Gráfico

Nativu Design

Produção

Ato Produção Cultural

Patrocínio

BNDES

Índice

Apresentação	9
Introdução	11
Contexto histórico regional	13
Piratini	24
A paisagem	26
O povo	27
A história	30
Lenço e bandeira farroupilha	35
Território e arquitetura	36
Linha do Tempo	42
Piratini hoje	46
Linha Farroupilha	53
Preservação do Patrimônio	113
Níveis de proteção	116
Recomendações de Preservação	118
Legislação	121
Mapa do Centro Histórico com bens protegidos	122
Glossário	130
Para saber mais	139
Referências bibliográficas	140



Apresentação

Localizada na zona sul do Estado, Piratini é – pela sua formação histórica – uma das cidades mais importantes do Rio Grande do Sul. Possui significativa concentração de monumentos tombados pelo IPHAN e IPHAE, o que a diferencia em razão de contar com Centro Histórico considerado dos mais completos e homogêneos do RS, ainda carente de abrangente intervenção que resulte em sua revitalização. Está entre as primeiras cidades brasileiras que definiram e regularizaram a ocupação de seus centros históricos, tendo recebido o reconhecimento nacional na década de 40.

Acreditamos que a sustentabilidade do patrimônio cultural urbano e rural de Piratini tornar-se-á possível a partir da mobilização social e do desenvolvimento econômico. Estas vertentes – social e econômica – que podem promover a interação entre cultura e turismo são o alicerce do **Plano Estratégico de Educação Patrimonial e Incremento ao Turismo**.

Buscamos o reconhecimento, por parte dos cidadãos, do diferencial da sua cidade e da importância da sua preservação. A organização desta comunidade é o foco principal do conjunto de

ações que compõem este Plano: coletividade a ser conscientizada e capacitada. Propomos, ainda, atividades nas quais o Patrimônio Cultural preservado possibilite o incremento de renda por meio de um turismo qualificado e da correta gestão das ações arrecadadoras.

Este livro: Centro Histórico de Piratini – Preservação e Valorização é ferramenta basilar do Plano. Disponibilizado aos cidadãos que vivem ou trabalham na área histórica da cidade, oferece esclarecimentos indispensáveis ao bom uso e à preservação do patrimônio, preparando estes usuários para melhor receberem o turista.

O nosso Centro Histórico tem uma legislação específica na qual podemos encontrar todas as respostas para os questionamentos que surjam em relação ao patrimônio edificado. Este livro referencia essa coleção de leis em que os proprietários, locatários, usuários de edifícios aqui localizados se embasarão para quaisquer ações a serem tomadas.

Otávio Fernando Madruga Alves

Presidente

Associação dos Amigos do Museu Histórico Farroupilha



Introdução

Este manual objetiva fazer com que você morador piratiniense entenda, ame e divulgue as ricas experiências que esta cidade e região são capazes de proporcionar. Busca mostrar estas especificidades e auxiliar na construção e manutenção dos elos de reforço desta identidade, na preservação e recuperação de parte do patrimônio material e imaterial na cidade e na região de Piratini.

A identidade cultural é construída a partir da consciência dos sentidos, da linguagem de vizinhança e das relações que englobam estas experiências no interior da comunidade e nos intercâmbios dos seus indivíduos quando se relacionando também fora dela. Por sua vez, as relações internas devem ser pensadas e planejadas com foco no bem comum e no compartilhamento de oportunidades, para que a mesma diversidade – herança do nosso patrimônio cultural – continue rica e em condições de desenvolvimento. Conhecer os limites e possibilidades que se colocam nas condições de um patrimônio herdado é um exercício de cidadania e um processo de apropriação e respeito com o que se apresenta ali configurado seja na sua forma física, seja na memória e nas inúmeras interpretações que se colocam neste horizonte.

Para Piratini, especialmente a Revolução Farroupilha possui um valor profundo associado à comunidade, que nela se vê e se referencia, criando e recriando novas relações a cada dia de vida na cidade e a cada nova interpretação do NAP (Núcleo de Artes Piratinienses). Esses valores

se intensificam no convívio e relação harmônica com culturas diversas, na confluência de culturas regionais e étnicas viabilizadas pelas migrações e pela atividade turística. Receber bem o turista e entender as viagens, nossas e daqueles que nos visitam, é reconhecer o significado simbólico da nossa existência, pela consciência e observação da diversidade dos povos, pela apreciação das suas opções de uso do espaço, dos recursos naturais e da sua própria vida em grupo. A figura do viajante foi essencial para o desenvolvimento e riqueza das civilizações ao longo dos tempos. As trocas proporcionadas pelo turismo cultural devem continuar acontecendo como um mote de evolução. Esta deve ser uma relação criativa e rica, e essencialmente em harmonia entre humanos e natureza, para que possamos nos colocar confortavelmente nos devidos papéis de anfitrião e de viajante. O patrimônio cultural é campo fundamental destas relações de troca.

Este documento inicia com textos que abordam historicamente a região e mais especificamente Piratini. Depois temos a Linha Farroupilha propriamente dita e também um pequeno histórico de prédios e espaços urbanos nela envolvidos. Como orientação, apresentamos algumas questões e definições específicas com o intuito de fazer conhecer e utilizar a legislação existente, que versa sobre a conservação das edificações e dos espaços urbanos onde estão inseridas.





Hermann Rudolf Wendroth,
1856
Mapa *Carte der Provinz São Pedro do Rio Grande do Sul in Brasilien* Gezeichnet und corrigiert 1856 von F.A.B.
Atribuído a F. A. Buhlmann.
Integra o álbum de aquarelas de H.R. Wendroth. Original no Arquivo da Casa Imperial do Brasil em Petrópolis.

Contexto histórico regional

O processo de expansão lusa rumo ao sul se inicia pelo Atlântico, quando os portugueses, em 1680, criam um posto avançado em terras espanholas: a Colônia do Santíssimo Sacramento, no Rio da Prata. Em local considerado hostil e inacessível por terra, a povoação se apoiava em Laguna, o último assentamento luso do sul do Brasil. Dali para baixo, só havia o extenso, reto e raso litoral, a praia com cômodos que encobria a barra de Rio Grande, a única entrada para o Continente.

Domingos da Filgueira foi de Colônia a Laguna, em 1703, pelo litoral, margeando as cristalinas águas da Lagoa Mirim. Atravessou a barra e descreveu o primeiro caminho, o *da Praia* - considerado mais seguro - por ser menos povoado de índios.

Era imprescindível ocupar as terras do Continente Del Rei, conhecidas como *Terras de Ninguém*, percorridas apenas por tropeiros e contrabandistas. Cristóvão Pereira de Abreu, o *vaqueano*, fez o reconhecimento em 1737 da perigosa barra de Rio Grande, enquanto que o Brigadeiro de Infantaria José da Silva Pais permaneceu em Laguna com a frota de apoio, esperando ordens para avançar. Os portugueses entraram sem dificuldades barra adentro e instalaram o forte Jesus-Maria-José que deu origem à Vila de Rio Grande de São Pedro. Além de baluartes, fortins, paliçadas e baterias para a defesa, nos dois lados do canal, também foi criada uma Companhia de Dragões.

O Tratado de Madri, celebrado entre Espanha e Portugal em 1750, previa a troca dos Sete Povos

das Missões pela Colônia do Sacramento. Nesta época a Capitania do Rio Grande de São Pedro, vinculada à Capitania de Santa Catarina, era ainda um grande vazio enquanto que as ilhas dos Açores estavam excessivamente povoadas.

O governo português recomendou a transferência de ilhéus para ocupar as terras das Missões, que passariam ao domínio português. Os casais D'El Rey chegaram em 1752 e se instalaram perto da Vila de Rio Grande, sede da Capitania, uma vez que a região das Missões ainda se encontrava sob domínio espanhol. Logo entraram pela costa doce da lagoa, instalando-se inicialmente em Viamão e depois no Porto do Dornelles, às margens do Guaíba, que passou a ser conhecido como Porto dos Casais (hoje Porto Alegre).

Para fixar os novos limites, entre as terras portuguesas e espanholas, aportaram na região as comissões de demarcação representantes das duas Cortes e o trabalho se iniciou com a *partida* para Castilhos Grande, onde foi colocado o primeiro marco de pedra. De longe as comissões foram acompanhadas pelos Guarani-missioneiros que passaram a reagir à implantação do Tratado com ataques e escaramuças. Como consequência, eclode a Guerra Guaranítica, entre 1754 e 1756, com o massacre de centenas de missioneiros em Caibatê, seguido da expulsão dos jesuítas e consequente ocupação das reduções pelas tropas ibéricas.

Em 1760, a Capitania do Rio Grande de São Pedro era dependente do Rio de Janeiro e Rio Grande, sua capital. Em 1761 o Tratado de El Pardo

revogou o Tratado de Madri e os portugueses aproveitaram para reforçar o controle das fronteiras do Sul, com distribuição de terras e títulos a tropeiros e militares, como forma de contribuir para sua defesa, a partir das estâncias, ampliando os conflitos com os espanhóis.

Com a concessão de sesmarias, os casais açorianos recebiam do Governo da Capitania um quarto de légua em quadro. Logo começam a plantar trigo, a produzir vinho e a participar do comércio. Com os rebanhos de gado alçado deixado pelos jesuítas se estruturam as estâncias e se estabelecem os fazendeiros. Nas lides campeiras das fazendas ou no Pampa, indômito, vivendo da preia do gado para vender o couro, cria-se a figura do gaúcho, branco, ou misto com índio, *sem lei e sem Rei*. E os acampamentos militares criados para a defesa das fronteiras móveis geram povoações, *ciudades marcos*, em terras conquistadas *nas patas dos cavalos*.

Neste jogo político, o governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos tomou Colônia do Sacramento e em 1763 ocupou os fortes de Santa Teresa, São Miguel e a Vila de Rio Grande. Com a invasão espanhola, a população de Rio Grande fugiu em busca de proteção, refugiando-se na região e em Viamão, para onde foi transferida a capital da Província.

Ao longo do Jacuí foram criadas algumas povoações açorianas, com suas capelas caídas, torres sineiras, casas de porta e janela, caixilharias com guilhotinas, grandes telhados com beirais galbados, curtos. E os costumes dos ilhéus se manifes-

tavam na gastronomia, nas festas religiosas, nos impérios, nos tapetes floridos, nas procissões luminosas, com cheiro de alecrim queimado e som de sinos repicando. Nas noites, ternos de reis, cantigas de roda, danças e doces, muito doces, dourados, de ovos.

Em 1777 o Governador de Buenos Aires invadiu a Ilha de Santa Catarina e um novo Tratado entre as duas Coroas, o de Santo Ildefonso, redefiniu novamente as fronteiras. Os portugueses ficaram com a Ilha de Santa Catarina e os espanhóis com as Missões e com a Colônia do Sacramento. A situação permaneceu assim até 1801, quando, aproveitando o conflito bélico entre Espanha e Portugal, um grupo de soldados e estancieiros invadiu e reconquistou os Sete Povos das Missões.

A Capitania do Rio Grande de São Pedro foi elevada à condição de Capitania-geral em 1807, desvinculada da Capitania do Rio de Janeiro, com o nome de Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 1809, a Capitania-geral é dividida em quatro municípios, e as povoações classificadas como Vilas: Rio Grande de São Pedro do Sul, Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, Nossa Senhora de Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha.

A criação do gado favoreceu o surgimento de charqueadas que se localizavam junto aos arroios; conectados aos mercados consumidores nordestinos pelo porto de Rio Grande. A concentração de riqueza desta indústria se manifestou na sofisticação de uma nova elite, com a *pompa no pampa*, ostentando costumes importados. Eram veludos,





brocados, rendas, louças e pratarias nos saraus dos luxuosos palacetes e música clássica e óperas nos teatros.

As incipientes povoações com características coloniais foram incorporando estilos arquitetônicos europeus do neoclássico e das múltiplas formas do ecletismo em residências e espaços públicos. Nas periferias, as charqueadas, formavam rios de sangue, fedentina e moscas. Nas senzalas, se amontoavam seus *motores*, os escravos negros. E vez por outra, verificavam-se revoltas, rebeliões e fugas, *aos quilombos*.

Em 1820, Portugal incorporou o território da Província Cisplatina, a "Banda Oriental". Em 1822, com a Independência do Brasil, as Capitânicas passaram à categoria de Províncias. As terras da Cisplatina foram recuperadas em 1825 pelos "Trinta e Três Orientais", quando foi criada a República Oriental do Uruguai.

O descontentamento com os impostos imperiais aplicados aos produtos pecuários, que eram a base da economia gaúcha, provocou reações e desencadeou a Revolução Farroupilha em 1835. A tomada de Porto Alegre pelas tropas comandadas por Bento Gonçalves da Silva marca o início do embate conhecido também como Guerra dos Farrapos.

A partir de 1842, a revolta começa a ser combatida por forças militares do governo central, comandada pelo então Barão de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva. Apoiada em Porto Alegre e Rio Grande, a reação imperial provocou o desloca-

mento sucessivo da capital dos farroupilhas: de Piratini para Caçapava e depois para o Alegrete. Os embates se sucederam e finalmente, em 1º de março de 1845, Caxias e Davi Canabarro entraram em acordo e celebraram a paz que pôs fim à mais longa guerra civil brasileira. Após dez anos de luta e devido ao surgimento de outros conflitos internacionais, o governo imperial buscou uma *paz honrosa*, em acordo firmado em 1845, em Ponche Verde. O período era de grande instabilidade e muitas guerras no espaço platino e assim se mantém durante grande parte do século 19. O tratado de paz entre o Império e os farroupilhas acontece pelo interesse na manutenção e na expansão das fronteiras do Império Brasileiro ao sul, e para tal era importante a aliança com a elite rio-grandense e seus agregados.

Caxias manteve todos os oficiais do exército da República Rio-Grandense em seus postos (com exceção apenas dos Generais), dívidas foram salgadas e os atos praticados pela República foram respeitados. Segundo Sergio da Costa Franco¹ foi Tristão de Alencar Araripe, trinta anos depois, o primeiro a escrever sobre este tema no livro *A guerra civil do Rio Grande do Sul*. E são jovens estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, Julio de Castilhos, Alcides Lima, Assis Brasil e outros que manifestam interesse pela história da República Rio-Grandense, a história farroupilha. Cria lá o Clube 20 de Setembro, com esse interesse específico. Enfim, em 1880, quando é publicado um livro de Assis Brasil sobre a história da República Rio-Grandense, e por ocasião da fundação do Partido

Republicano começa a nascer o interesse político por sua história. Quando vitoriosa a República em 1889, o hino, a bandeira e as armas da República Rio-Grandense tornam-se oficiais. Ainda segundo Sergio da Costa Franco, de todos os pensamentos federalistas que surgiram durante a Regência apenas o do Rio Grande do Sul se consolidou no imaginário regional e se oficializou.

O mapa do Rio Grande do Sul só se configurou, finalmente, a partir do Tratado de 1851. Para ocupação da região e domínio do território foram trazidos imigrantes livres, europeus. Primeiro vieram os alemães, logo os italianos. Mais tarde, em diferentes circunstâncias, chegaram descendentes de outras etnias, conformando o chamado *mosaico cultural*, onde cada um, com sua bagagem e habilitação, contribuiu na formação deste Estado.



¹ Em FILHO, Osmar Barros, SEELIG, Ricardo Vaz e BOJUNGA, Sylvia, Org. Sonhos de Liberdade, O legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita. Coleção Sujeito e Perspectiva, Vol 4. Ed. Laser Press. Porto Alegre, 2007.













PIRATINI

Piratini é realmente um dos mais belos lugares do mundo; dividida em duas regiões: uma de planícies e a outra montanhosa.

O viajante não tem precisão de dizer nem de pedir coisa alguma; entra em qualquer habitação, vai direto à câmara de hóspedes; os criados aparecem sem que sejam chamados, descalçam-no e lavam-lhe os pés. Fica ali quanto tempo quer e, quando lhe apetece, retira-se sem despedir-se nem agradecer; e, apesar desta descortesia, outro que venha depois dele não é recebido com menos agrado. É a juventude da natureza, o erguer da humanidade.²

Giuseppe Garibaldi.

Av. Gomes Jardim, antiga Rua Clara
Palácio Farroupilha e Sobrado do
Ministério da Guerra e Interior e
Primeira Câmara Municipal.
Acervo Prefeitura Municipal de Piratini.

² DUMAS, Alexandre. *Memórias de José Garibaldi*. Rio Grande, Oficinas a vapor d'O Intransigente, 1907.





A paisagem

A história da paisagem sul-rio-grandense começa pela Serra do Sudeste, em paisagens amplas, formadas por campos e coxilhas do Escudo Cristalino Sul-Rio-Grandense. Sobre esta microrregião localiza-se a cidade de Piratini. A área denominada escudo rio-grandense além de ser o fundamento geológico do nosso país, compõe o núcleo mais antigo do continente sul-americano. A região está banhada pelos rios Camaquã e Piratini.

A cidade de Piratini está localizada a 349m de altitude, e um dos pontos mais altos na Serra do Sudeste é o Cerro do Sandin, com 510 metros, está neste município. O clima neste planalto é subtropical ou temperado com verões amenos.

Embora paisagem predominante nas estâncias, inicialmente com vegetações baixas e esparsas, o modo de vida pampeano na região incorporou matos de vegetação à paisagem, na busca por lenha, por um pouco de sombra e abrigo dos ventos.

A vegetação nativa apresenta ocorrência de corticeiras, pitangueiras, coronilhas, canelas brancas, butiás, branquinhos, canelas pretas, araucárias, aroeiras pretas, aroeiras cinzentas e aroeiras periquitas. Ocorre a introdução de árvores exóticas compondo novas florestas (eucaliptos, pinhos, acácias), ao lado de espécies de tradicional uso paisagístico (salsos-chorões, ciprestes, cedros, álamos e plátanos).

As espécies mais características da região, quanto à fauna, são: mamíferos como veado-virá, veado-campeiro, lebre, tatu, raposa, gambá, capivara, graxaim (sorro), aves como chimango, perdiz, caturrita, quero-quero, jacu, ema, seriema, pomba do mato (pombão), cardeal-de-topete-vermelho, periquito, tico-tico, joão-de-barro, répteis como lagarto, cobras cruzeira e verde e peixes como traíra, jundiá e lambari.



*Chef des Charruas Sauvages,
Jean-Baptiste Debret
Voyage Pittoresque et
Historique au Brésil,
1834-1839)*



O povo

A região sul do Brasil foi inicialmente ocupada por alguns grupos indígenas pampeanos, entre eles charrua e minuano, irradiados dos pampas platinos ao sul e a oeste. Com o gado das vacarias tornaram-se hábeis cavaleiros numa paisagem de horizontes ilimitados. Deles herdamos as boleadeiras de pedra e a técnica de construção de torções. Sua mobilidade caracteristicamente nômade deixou poucos vestígios de ocupação. Os *cerritos*, aterros circulares ou elípticos construídos no centro de aldeias temporárias são vestígios arqueológicos de rituais de sepultamento praticados por estes grupos em regiões da metade sul do estado.

Nas áreas próximas aos rios, a ocupação se inicia com integrantes do tronco linguístico tupi-guarani, vindos de direções diversas, e que aí chegaram em dois estágios. Primeiro ocupando as várzeas dos rios Uruguai e Jacuí (século 5), posteriormente ainda vindos do norte mas chegando à região através da região costeira e lacustre (séculos 9 e 10). No município, os sítios arqueológicos do *Cerro do Sandin* e da *Ferraria*, são testemunho desta ocupação. Estes nativos utilizavam a terra no sistema de derrubada e queimada ou coivara. Semeavam e colhiam a mandioca, o milho, a batata doce, o feijão, o algodão, a abóbora e a erva mate. Caçavam e pescavam com arcos e flexas e conheciam técnicas de tecelagem e da cerâmica.



VICE-REINADO DO PERU

CAPITANIA DE S. PAULO

PROVINCIA DE BUENOS AYRES

Límite Sul da Vila de Curitiba

INDIOS TAPES

INDIOS IBIRAIARAS

INDIOS GUANANASES

INDIOS CAÁGUAS

INDIOS MINUANOS

INDIOS BOHANES

INDIOS GANÓAS

INDIOS GUACURUS

INDIOS CHARRUAS

CONTINENTE DE VIAMÃO OU DEL REI

AO SER INSTALADO O SENADO DA CAMARA DA VILA DO

Rio Grande de São Pedro

em 16 de Dezembro de 1751

CONVENÇÕES

Núcleos povoados

Capelas

Fundações jesuíticas

Fortes

Límite anterior

1:100,000

Reconstituição histórica-cartográfica, executada no Departamento Estadual de Estatística, por João C. Campomar J^{or} desenhista-cartógrafo. - Dezembro, 1942.

Os primeiros colonizadores no período do Brasil colonial foram 48 casais vindos dos Açores, principalmente da Ilha de Faial, que se estabeleceram no local denominado Capão do Piratinim. Aproveitaram a ocupação do solo concedido, logo estendendo seus limites além das frações de terra recebidas.

Mas, em menos de duas gerações, operou-se, na mentalidade dos açorianos, uma mudança de atitude, que pareceria incrível, se não constituísse um fato fundamental da história rio-grandense. Como em toda parte da história da cultura humana, o primeiro impulso desta mudança veio do lado econômico. Vindos dum ambiente insular estreito e pobre, onde cada montanha lhes mostrava o oceano como limite intransponível para as suas empresas, viram-se de repente, colocados na vastidão sem limite do pampa, onde havia espaço suficiente para cada proprietário se transformar em criador: avidamente aceitaram o convite da natureza. Em menos de meio século o pequeno agricultor dos Açores se transformou em criador; seu filho, em barão feudal; seus netos, em gaúchos. Claro está que tal mudança de mentalidade não destruiu o patrimônio trazido da terra de origem; o que aconteceu, foi uma mudança completa de rumos culturais: foi o pampa aberto, antes de tudo a faixa controvertida da fronteira com o Uruguai, que forjou este novo tipo humano, com suas luzes e suas sombras. ³

³ RAMBO, Balduino S. J. A Fisionomia do Rio Grande do Sul. Série Documentos Históricos. Fundamentos da Cultura Rio-Grandense. 1954. Faculdade de Filosofia da UFRGS.



Rua Cel. Manuel Pedroso. Acervo Prefeitura Municipal de Piratini.

A história

A origem do nome da cidade está vinculada à designação dada pelos seus primeiros habitantes, os nativos Tupi-guarani, ao rio Piratinim, referindo-se como a um *peixe barulhento*.

Sua história colonial como ocupação urbana se vincula ao processo de expansão territorial portuguesa no sul do Brasil em áreas que pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777) pertenciam à Coroa Espanhola. Os primeiros militares portugueses que chegaram à região instalaram um posto de guarda no Passo do Acampamento sobre o Rio Piratinim. A concessão de sesmarias foi um artifício utilizado pelos portugueses para ampliar seu território no sul do Brasil, apesar de muitos dos criadores que ocupavam terras não possuírem títulos legítimos.

Em 1789, por ordem da rainha Dona Maria I, de Portugal, tem início oficialmente o povoamento do Cerro Pelado, então 3º Distrito da Vila do Rio Grande. Três léguas de campo nas proximidades do Rio Piratinim, que estavam de posse de José Antônio Alves, foram requeridas para assentar os 48 casais D'El Rey. A área foi repartida e cada casal recebeu uma data (250 ha), com a condição de ali se assentar e trabalhar. Logo fundaram uma pequena capela em honra a Nossa Senhora da Conceição, santa que se tornaria a padroeira da povoação. A capela, posteriormente foi substituída por um templo um pouco maior, que demolido, deu lugar à atual Igreja Matriz.

As reduções jesuíticas que iniciaram a introdução do gado em 1629, dando início ao gigantesco

rebanho que conformaria as *vacarias do mar*, penetraram também até *os tapes*. O gado se reproduz solto e se torna o principal fundamento da economia gaúcha.

As terras eram propícias para a criação de gado, para o cultivo de cereais e algodão. A povoação logo se desenvolveu sendo elevada, por alvará de D. João, Príncipe Regente de Portugal (1810) à categoria de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Piratinim, vinculada à Vila do Rio Grande de São Pedro (Rio Grande). Muitos piratinienses participaram da Campanha da Cisplatina (1827) e durante as negociações de paz (1829), o exército imperial esteve estabelecido na localidade por mais de três meses. Em 1830 o Governo Imperial elevou Piratini à categoria de Vila, desmembrada de Rio Grande. A instalação ocorreu no período da Regência, em 1832, pelo ouvidor da comarca do Rio Grande, Conselheiro Antônio Rodrigues Fernandes Braga.

A história da cidade está marcada por sua participação nos principais acontecimentos políticos por que passou o Estado do Rio Grande do Sul, tanto por sua posição geográfica estratégica quanto pela acolhida de sua população aos movimentos revolucionários. Além dos primeiros povoadores de origem açoriana, outras etnias se integraram, como os negros, submetidos à escravidão e os imigrantes alemães e italianos.

Em 1835 eclode a Revolução Farroupilha e os habitantes de Piratini são convocados para a guerra.



Importantes acontecimentos se desenvolvem no município que foi o principal centro das operações. Com a proclamação da República Rio-Grandense (1836), a Câmara Municipal de Piratini adere ao novo regime e sob a presidência de Vicente Lucas de Oliveira declara a *Província Estado Livre, Constitucional e Independente*. Bento Gonçalves da Silva, que se encontrava preso no Forte do Mar em Salvador, foi eleito primeiro governador da República Rio-Grandense e Piratini escolhida para sediar sua capital. Em 1837 foi elevada à catego-

ria de cidade, com a denominação de Muito Leal e Patriótica Cidade de Nossa Senhora da Conceição de Piratinim. Depois de fugir da prisão, com apoio da maçonaria, Bento Gonçalves chega a Piratini (1837) e é investido no cargo de governador. Em 1839, em função de estratégia militar, a capital da República Rio-Grandense foi transferida para Caçapava, posteriormente para Alegrete (1842). Em 1843, a capital é restituída a Piratini, quando da marcha de Canabarro para a fronteira.

Em 1842 o Barão de Caxias assumiu a Presidência e o Comando das Armas da Província do Rio Grande. Após as primeiras refregas, com sua experiência e habilidade política, procurou desarmar os espíritos, conclamando os gaúchos ao entendimento e propondo um acordo de *paz honrosa*, em Ponche Verde, em 1845. Neste ano, por ato do Governo Imperial, a cidade de Piratini foi rebaixada à categoria de vila. A revolução é esquecida (ou pelo menos não comentada), por um período de aproximadamente 30 anos. No entanto a cidade continuou em desenvolvimento. Entre 1846 é



Ponte do Império. Acervo Prefeitura Municipal de Piratini.



Avenida Gomes Jardim, Antiga Rua Clara. Ao fundo a Igreja, com apenas uma torre. Acervo Prefeitura Municipal de Piratini.



Avenida Gomes Jardim, Antiga Rua Clara. À esquerda o Colégio Ponche Verde. Bem à direita, ao fundo, o museu. Acervo Prefeitura Municipal de Piratini.



Avenida Gomes Jardim, Antiga Rua Clara. Ao fundo a Igreja, já com as duas torres. Acervo Prefeitura Municipal de Piratini.

criada a primeira escola pública para meninas; em 1855 são construídas a Câmara e Cadeia Pública; em 1863, o novo Cemitério Público, em 1870, a Ponte do Império e em 1880, Piratini começa a ser atendida por linha telegráfica.

Posteriormente a cidade foi palco de outras revoluções: a Federalista (1893), conflito entre pica-paus (Partido Republicano Rio-Grandense de Júlio de Castilhos) e maragatos (revolucionários federalistas liderados por Gaspar de Silveira Martins, defendiam um sistema parlamentar de governo – identificados pelo uso do lenço vermelho); a Revolução de 1923, o descontentamento da oposição com o governo republicano de Borges de Medeiros, no poder havia 25 anos; e o combate da Estância da Olaria (1932) entre seguidores de Borges de Medeiros e Batista Luzardo.



Lenço Farroupilha hoje no Museu Histórico Farroupilha. Em seda, de autor e procedência desconhecida. Acervo do Museu Julio de Castilhos, Porto Alegre.

Lenço e Bandeira Farroupilha

A bandeira criada em 1836 e utilizada pelos farroupilhas durante a revolução era quadrada e não apresentava brasão de armas. Foram criados brasões posteriormente, em torno de 1839. Um deles foi o de Bernardo Pires da Rosa, que foi também o primeiro a ser utilizado, principalmente em lenços. Bernardo Pires teria desenhado o seu modelo de brasão e o mandou imprimir em lenços nos EUA e, em segunda edição, na Alemanha. Estas peças só chegaram no Rio Grande do Sul em 1843, a partir do que foram usadas pelos republicanos farroupilhas. Os que conseguiram entrar no Brasil vieram através de comerciantes de Montevideu; os que chegaram por Rio Grande teriam sido queimados na Alfândega. Na campanha contra o Império em 1870, e por volta de 1881, no Rio Grande do Sul, os brasões e lenços farroupilhas se popularizaram, passando a ser adotados pelos adeptos da campanha republicana.⁴



Bandeira Farroupilha. Acervo Museu Histórico Farroupilha.

No dia 12 de Novembro de 1836, o governo Republicano instalado em Piratini, publica o decreto abaixo, criando o "escudo d'armas da República", ou seja, a bandeira.

Ocupando já na grande família das nações o lugar que lhe compete o Estado Rio-Grandense, e convindo que ele tenha um escudo d'armas, o Presidente da República decreta:

O escudo d'armas do Estado Rio-Grandense será de ora em diante de forma de um quadrado dividido pelas três cores, assim dispostas:

- A parte superior junto à haste verde, e formada por um triângulo isóscele, cuja hipotenusa será paralela à diagonal do quadrado;

- O centro escarlate, formado por um hexágono, determinado pela hipotenusa do primeiro triângulo, e a de outro igual e simetricamente disposto, cor de ouro, que formará a parte inferior.

Domingos José de Almeida, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Interior, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessários.

José Gomes de Vasconcelos Jardim
Domingos José de Almeida

⁴<http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br/site/html/revolucao-lenco.php>



Território e arquitetura

As menores divisões administrativo-territoriais portuguesas eram as *freguesias*, que no Brasil perderam suas funções administrativas. Entre as categorias de assentamentos urbanos portugueses estavam o *arraial* e a *vila*. O *arraial*, cuja origem denominava um *lugar de acampamento*, era um assentamento humano que não possuía o título de *vila*. Com a elevação de uma freguesia ou de um arraial à categoria de Vila, o assentamento urbano adquiria autonomia político-administrativa podendo instalar a sede do governo local, a Câmara Municipal, com direito a cobrança de impostos e definição de posturas ou leis municipais. A elevação de uma vila à condição de cidade, ou a criação de uma *cidade* sempre foi uma atribuição exclusiva da Coroa, por meio de *Cartas Régias*.

Num contexto de ampliação de territórios e consolidação de fronteiras por meio da ocupação humana, os sítios escolhidos para os assentamentos urbanos iniciais foram determinados basicamente por princípios estratégicos político-militares. Os caminhos de penetração do litoral, campos e serras foram articulados a partir do Atlântico pelo sistema de lagoas e suas bacias tributárias, como a do rio Jacuí.

A Provisão Real de 1747 definiu as orientações para *acomodação de Povoadores e Povoações* quando da vinda de açorianos para o Brasil. Estabelecia a destinação de meia légua em quadro para o *assentamento e logradouros públicos*,

a área para a igreja, um quadrado para a praça, a demarcação e a largura das ruas, que deveriam ser *traçadas a cordel*.

O processo de ocupação do *Continente Del Rei* e a estruturação de sua rede urbana no período inicial atendeu a duas motivações ou circunstâncias específicas: nas faixas de fronteira, se concentraram as cidades criadas para a defesa e posse do território, ao redor de fortificações ou acampamentos militares, tais como Rio Grande de São Pedro do Sul e Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão; no interior, pelo parcelamento de terrenos das sesmarias, surgiram os núcleos organizados ao redor de capelas, em terrenos doados por particulares, como Nossa Senhora da Conceição de Piratinim (Piratini) e São Francisco de Paula (Pelotas).

A estrutura urbana da cidade de Piratini se organiza ao longo de uma rua principal que se desenvolve sobre um divisor de águas, na direção nordeste-sudoeste, atualmente formado pela Avenida Maurício Cardoso, Avenida Gomes Jardim e Rua Bento Gonçalves.

Apresenta um traçado urbano semi-regular, característico da maior parte dos assentamentos de crescimento espontâneo de origem lusa. Adaptado à topografia, com segmentos de vias retas ou curvas, com uma hierarquia marcada pela diferenciação de porte, apresenta largos e ruas com passeios estreitos.

A estrutura fundiária é formada por quarteirões basicamente quadrangulares, parcelados em lotes de forma e dimensões irregulares, com pequena testada e grande profundidade, sem homogeneidade. A ocupação dos lotes pelas edificações se dá - via de regra - junto ao alinhamento frontal, utilizando toda a testada dos terrenos, formando composições contínuas de tipo *rua corredor*.

A arquitetura tradicional luso-brasileira ainda é predominante entre as edificações urbanas, com casas térreas ou sobrados, grandes telhados de elegantes curvaturas em galbo, beirais curtos, janelas em guilhotina. Algumas destas construções foram posteriormente reformadas, sendo introduzidos elementos arquitetônicos característicos do ecletismo, com platibandas decoradas, frisos, inserção de novas esquadrias, de abrir *à francesa*. Também se encontram alguns exemplares de prédios com influência do racionalismo do estilo *Art Déco* e Modernismo. Neste conjunto ainda se destacam pelo porte, composição e estrutura, dois grandes sobrados de esquina, a casa de Camarinha e o imponente Sobrado da Dourada, além da Igreja Matriz, cujas austeras torres, com seus buzinos, dominam a paisagem.

Depois da elevação à categoria de Vila, Piratinim contava com inúmeras edificações térreas, nobres solares e sobrados nas ruas que, à época se denominavam de: Clara, a principal, do Bom Fim, do Teatro, da Conceição, da Cadeia, do Passo, da

Fonte e Rua Nova, além de alguns becos. O assentamento inicial possuía duas praças: a do Teatro, hoje Praça da Bandeira e a da Igreja, da Conceição ou das Alegrias, hoje da República Rio-Grandense.

No passado, duas fontes públicas abasteciam a população, a Fonte dos Pinheiro e a Fonte da Terra. A existência de um teatro, o 7 de Abril, para saraus, audições e danças, confirma o intercâmbio cultural que existia na região. Dois estabelecimentos industriais se destacavam: a Fábrica de Cerveja dos Brum e a Fábrica de Pólvora e Foguetes, dos conhecidos *fogueteiros*. Importante atividade comercial era desempenhada pelos Fabião. Durante a Revolução Farroupilha, a redação e tipografia do jornal revolucionário *O Povo* ocorria na casa onde residiram Luigi Rossetti e Giuseppe Garibaldi.

Atualmente a Praça da República Rio-Grandense se constitui no centro cívico e religioso da cidade, onde se localizam a Prefeitura Municipal no local da antiga Casa de Câmara e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, cercado por um importante casario residencial e comercial.

Piratini foi uma das primeiras cidades do Estado (1955) a delimitar e buscar preservar o seu Centro Histórico assim como a regular sua ocupação. Ganhou reconhecimento nacional, a partir de 1938, com os processos de tombamento de três edificações de importância histórica; O Palácio do Governo Farroupilha, a Casa de Garibaldi e O Quartel General Farroupilha (hoje Museu Histórico Farroupilha) e em 1984, com o conjunto de 15 bens que foram protegidos pelo Governo

do Estado, somando-se aos 31, preservados pelo Governo Municipal.

A arquitetura tradicional portuguesa adaptada aos contextos regionais brasileiros, utilizando os materiais e a mão de obra disponíveis, conseguiu edificar características tipológicas que permitem o seu reconhecimento e dão unidade ao conjunto. Estas formas construídas nas áreas urbanas ou rurais, utilizadas para atender a programas ou necessidades peculiares (residenciais, comerciais, religiosas, militares, estâncias, charqueadas, etc.), geraram tipologias próprias, como representações locais das influências portuguesas.

Nas últimas décadas foram feitos esforços integrados para valorizar e potencializar o patrimônio cultural da região, como alternativa para o desenvolvimento, por meio de ações de educação, de recuperação de edificações e áreas urbanas, de renovação de museus, de revitalização de tradições assim como pela preparação das cidades para promover o turismo cultural.

Apesar de esforços múltiplos neste sentido, ainda se observam intervenções tecnicamente inadequadas nas edificações de interesse cultural, com modificação de vãos e vedações, colocação de toldos e marquises, substituição de revestimentos e de telhados tradicionais e, principalmente, pela superposição de sinalização comercial sobre requintados elementos artísticos, de maneira excessiva, o que contribui para o encobrimento, a descaracterização e a desvalorização destes significativos conjuntos arquitetônicos.

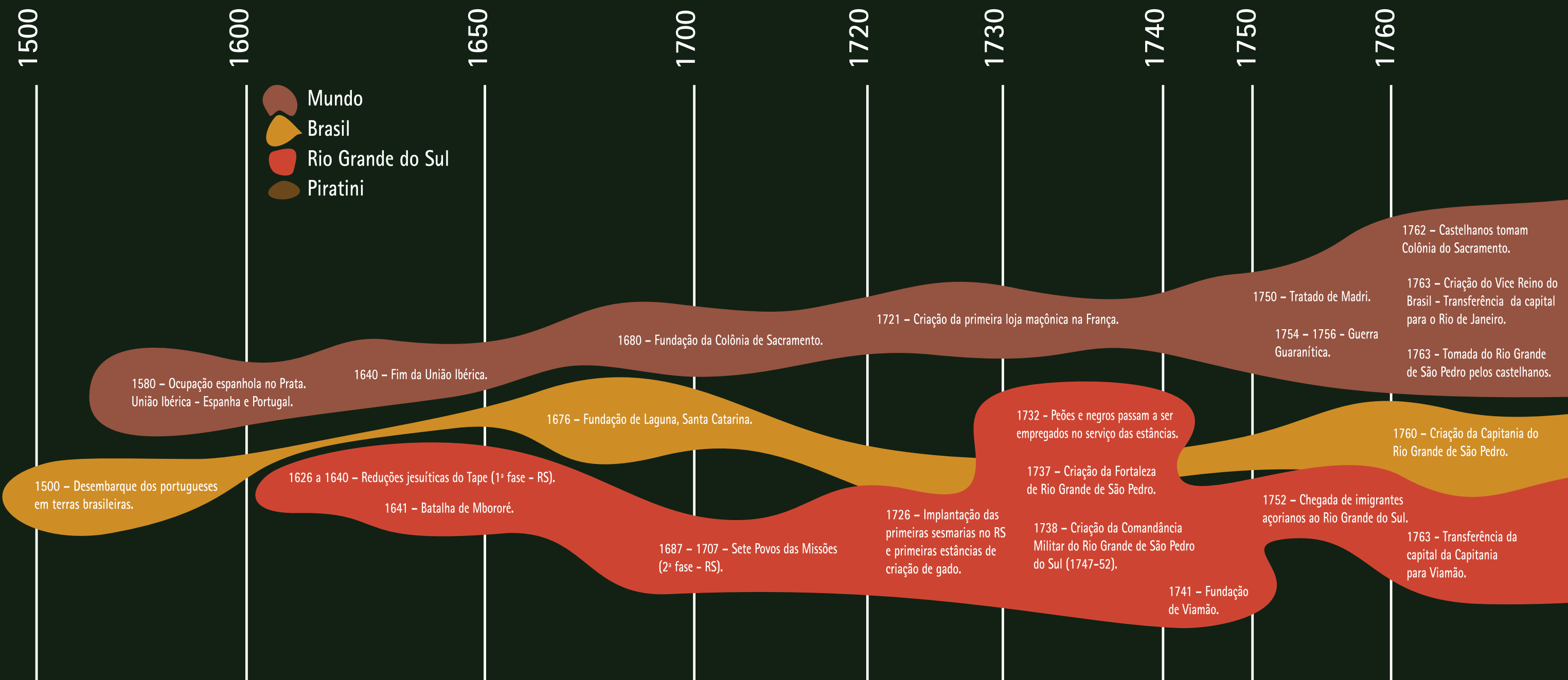


Beco da Dona Santa em dois momentos distintos.
À esquerda, com ampla visualização da Igreja Matriz.
Abaixo, a construção de sobrado impede a apreciação da fachada na sua totalidade.



















Piratini hoje

Em Piratini, dos 8.56Km² de área urbana total, 20%(1.72km²)compreendem o Centro Histórico, com edificações e paisagem protegidos por leis de preservação. No entanto, não apenas os órgãos de legislação promovem a conservação deste patrimônio através da aplicação das leis de preservação e da verificação da sua aplicabilidade. As ações de educação para o patrimônio são também promovidas pelos seus Museus e pela própria comunidade através da sua participação no grupo NAP - Núcleo de Artes Piratinienses.

O Museu Histórico Farroupilha, da Secretaria Estadual da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, fundado em 11 de fevereiro de 1953, trabalha no sentido de valorizar e preservar a memória da Revolução Farroupilha. Reúne, preserva, documenta e pesquisa este tema, promovendo a divulgação e conhecimento de parte representativa dessa história e da própria história da comunidade gaúcha e piratiniense. Sua ação para a educação trabalha em especial com escolas do município de Piratini, mas atende mediante agendamento, visitas guiadas individuais ou em grupos interessados em aprimorar este conhecimento e encontrar Anita, Garibaldi e Bento nas belas pinturas que compõem seu acervo.

O Museu Histórico Municipal Barbosa Lessa inaugurado em julho de 2006, apresenta o processo evolutivo da cidade e do município de Piratini, desde sua ocupação pré-histórica e assentamento luso-brasileiro a partir de 1789. Como museu

municipal caracteriza-se pelas ações de educação e pesquisa, e mais um espaço de preservação e divulgação da cultura e das tradições da região e do estado do Rio Grande do Sul. O nome do museu presta tributo ao ilustre escritor, poeta e folclorista piratiniense Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002), cuja história também está presente no seu acervo.

O NAP (Núcleo de Artes Piratinienses) é um grupo teatral que foi criado no ano de 2003 para aprimorar o *city tour* que já acontecia no município de Piratini. Os visitantes são conduzidos por um guia de turismo através do Centro Histórico passando pelos 33 bens tombados e inventariados que a cidade possui. Hoje, as encenações que caracterizam o *city tour* temático são contribuição fundamental no Caminho Farroupilha, rota turística formada por sete (7) municípios, que tem nesta ação seu ponto mais alto.

As encenações de cerca de duas horas que acontecem no centro histórico em meio às explicações da condutora de turismo, compõem e representam cenas dos colonizadores açorianos e tem seu ápice na abordagem da Revolução Farroupilha. Através dessa representação, o NAP apresenta as cenas políticas da época farrapa, mostrando personagens como Bento Gonçalves, Antonio de Souza Neto, a importante participação dos estrangeiros na revolução pelas figuras de Giuseppe e Rossetti, a força feminina retratando ilustres mulheres como Anita Garibaldi e outras tantas anônimas e a participação do negro na

epopéia farroupilha. A contribuição da cultura recente está apresentada nas falas referentes ao imortal piratiniense Luis Carlos Barbosa Lessa.

Ao todo o NAP conta com 28 atores amadores que tem idade entre 8 e 71 anos, de diferentes escolaridades e profissões que integram-se para propagar a importância de Piratini dentro da história do Rio Grande do Sul.

O *city tour* temático acontece aos sábados, domingos e feriados, mediante agendamento.

Este produto Turístico nasceu das ações APL Turismo na Costa Doce- projeto do SEBRAE-RS em convênio com os municípios envolvidos.

Manifestações e eventos muito populares em Piratini são: a Semana Farroupilha e o Carnaval da Bicharada. A Semana Farroupilha, muito festejada em todo o estado tem em Piratini seu palco mais famoso.

O Carnaval da Bicharada tem início com as atividades carnavalescas preparadas por Ary Fabião Valente, neto do Comendador Fabião. Idealizador do Bloco Carnavalesco da Boa Vontade, que foi batizado de *Bicharada do Ary* ou *Bloco da Bicharada*. Com animais confeccionados artesanalmente, contava com a ajuda e envolvimento de toda a comunidade. Hoje toda a atividade e preparo estão incorporados à cultura local.



Carnaval da Bicharada. Acervo Prefeitura Municipal de Piratini.

Piratini

Área do Município: 3.539,704 Km²

Área Urbana: 8,5629km²

Área do Centro Histórico: 1,729 km²

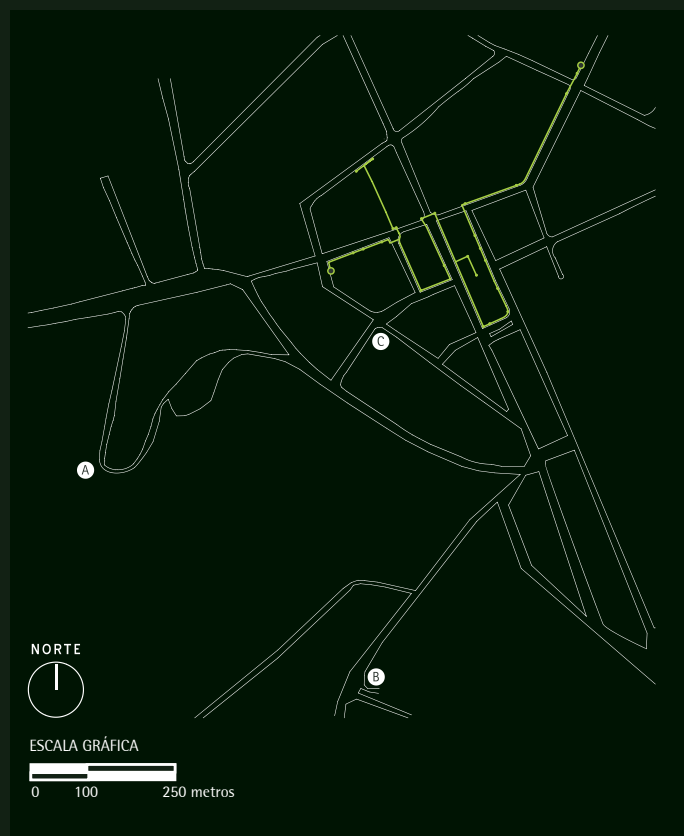
População – 19.655 habitantes

Densidade demográfica - 5,61ha/km²

Expectativa de vida: 71,79 anos

Mapa da Linha Farroupilha

-  1 Primeira Câmara Municipal e Ministério da Fazenda e Interior
-  2 Antiga Cervejaria dos Brum
-   3 Palácio do Governo Farroupilha
-  4 Casa do General Neto
-   5 Casa de Gomes de Freitas
-   6 Casa do Comendador Fabião
-   7 Casa Comercial dos Fabião
-  8 Primeira Cadeia
-   9 Casa de Camarinha
-   10 Antigo Teatro Sete de Abril
-   11 Antiga Cadeia
-  12 Obelisco ao Centenário Farroupilha
-  13 Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição
-   14 Antiga Casa Fabião
-   15 Antiga Farmácia Caridade
-  16 Prefeitura Municipal
-  17 Calçamento Original
-  18 Casa de José Francisco da Conceição
-  19 Beco da Dona Santa
-  20 Casa de Antonio Correa da Silva
-   21 Casa Brig. Manoel Lucas de Lima
-   22 Casa de Manoel Ricardo Lucas
-   23 Casa de Vicente Lucas de Oliveira
-   24 Casa de Garibaldi
-   25 Museu Histórico Farroupilha



EDIFICAÇÕES ISOLADAS

-  **A** Fonte dos Pinheiro
-   **B** Sobrado da Dorada
-  **C** Ruínas da Casa de Bento Gonçalves

LEGENDA

-  Tombamento Federal
-  Tombamento Estadual
-  Tombamento Municipal
-  Linha Farroupilha
-  Informações Turísticas

Edad	Número de personas
18-24 años	100
25-34 años	10
35-44 años	20
45-54 años	50
55-64 años	80
65 años	100





Linha Farroupilha



Tombamento Federal



Tombamento Estadual



Tombamento Municipal



AV. N. S. DA
SANTISSIMA

122

123

124



1 - Primeira Câmara Municipal e Ministério da Fazenda e Interior

Avenida Gomes Jardim, 136 (Antiga Rua Clara) e 122, esquina Rua 24 de Maio (Antiga Rua da Fonte).

Lugar onde foi instalada sob a açoteia em 1832 a primeira Câmara Municipal quando Piratini é elevada à categoria de Vila. Em novembro de 1836, a Câmara Municipal promulga a República Rio-Grandense, adere ao novo regime, e sob a presidência de Vicente Lucas de Oliveira declara a *Província Estado Livre, Constitucional e Independente*.

Edificação térrea com aberturas alinhadas com açoteia protegida por gradis em ferro estruturados por pilaretes sobrepostos com jarrões. Esquadrias com tampões cegos e janelas de guilhotinas.

Junto à esquina, sobrado construído em 1826. No período farroupilha abriga o Ministério da Fazenda e Interior.

Suas características arquitetônicas semelhantes às do Palácio do Governo Farroupilha, foram alteradas com a retirada dos beirais, introdução de platibanda cega, ornamentos singelos marcando os vãos retos; esquadrias de abrir à francesa.

Ambos tombados pelo Município em 1956.





2 – Antiga Cervejaria dos Brum

Avenida Gomes Jardim, 135 (Antiga Rua Clara).

Prédio onde funcionou uma Fábrica de Cerveja. Edificação construída por Lucindo Manoel de Brum, descendente de família Brum da Ilha Terceira, Açores, lá chegados da Holanda como *Bruyn*. A cerveja produzida pelos Brum era exportada para o Uruguai com registros de comercialização inclusive em Montevideu.

Edificação de esquina, com oito portas em arco pleno, com bandeira em rosácea e vidros coloridos. Marcação vertical nos cunhais, cobertura em capa-e-canal com galbo e sob o beiral, uma cimalha simples. Hoje abriga um grupo de lojas.

Tombado pelo Município em 1956.





1826

113



3 - Palácio do Governo Farroupilha

Avenida Gomes Jardim, 104 (Antiga Rua Clara).

O Palácio do Governo Farroupilha foi instalado no sobrado construído em 1826 por Manuel Jacinto Dias. Neste prédio, em 1836, durante a Revolução Farroupilha aconteceu a reunião das Câmaras Municipais que declarou Piratini *Capital da República Rio-Grandense*.

Edificação com características da arquitetura tradicional luso-brasileira, estruturada em dois blocos: um volume frontal em dois pavimentos e uma parte posterior, térrea, com pátio fechado e acesso por escada lateral. Composição com vãos alinhados, vergas em arcos abatidos superpostos por cílios, quatro portas frontais com bandeiras e janelas em guilhotina com postigos. Cobertura do volume frontal em quatro águas telhas capa e canal, com galbo, sobre cimalhas simples e beira-seveira. Marcações verticais nos cunhais. Num dos cômodos do segundo bloco, com acesso pelo pátio, um fogão de chão com chaminé sete bocas, tipo árabe. Possui na fachada um escudo em relevo com as datas 1826-1835, além de placas alusivas aos fatos históricos ali ocorridos.

Hoje abriga o Museu Municipal Barbosa Lessa, criado após a reestruturação do Museu Histórico Farroupilha. Este Museu, inaugurado em julho de 2006, apresenta o processo evolutivo da cidade, da ocupação pré-histórica regional e assentamento luso-brasileiro a partir de 1789, assim como referências ao escritor piratiniense Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002).

Tombado pelo IPHAN em 1941 e tombado pelo Município em 1956.





4 – Casa do General Neto

Avenida Gomes Jardim com Rua Bento Gonçalves (Antiga Rua Clara).

Durante a Revolução Farroupilha o Coronel Antonio Fonseca de Souza Neto era Chefe da Legião de Guardas Nacionais da Comarca de Piratinim. Em acampamento volante às margens do Rio Jaguarão, no local chamado Campo dos Menezes, Neto proclama a República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836, após vencer a batalha no Seival, contra tropas imperiais sob comando de Silva Tavares. Após o acordo de Ponche Verde, que pôs fim ao conflito e à República Rio-Grandense em 1845, Neto retira-se para o Uruguai. Torna-se estancieiro e luta contra Rosas. Por fim, durante a Guerra do Paraguai, é ferido em combate e hospitalizado em Corrientes (Argentina) onde morre em julho de 1866.

Edificação térrea de características luso-brasileiras, Telhado com galbo e telhas de capa-e-canal, com beiral curto, de beira-e-bica, aberturas com vergas retas e portas com bandeira.





5 - Casa de Gomes de Freitas

Rua Bento Gonçalves, 59 (Antiga Rua Clara).

Construída por volta de 1830, de Serafim José da Silveira, avô de Manuel José Gomes de Freitas. Gomes de Freitas era Juiz de Paz em Piratini quando irrompeu a Revolução Farroupilha. Para evitar envolvimento no conflito retira-se para o Uruguai. Retorna cinco (5) anos depois como Juiz Municipal. Na segunda metade do século 19, como presidente da Câmara Municipal de Piratini, manda construir um novo cemitério, a Cadeia Pública e a Casa da Câmara. Foi deputado e vice-presidente da Província entre 1875 e 1879. Era oficial da "Ordem da Rosa" e membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro do Sul. Falava Inglês, Alemão, Espanhol e Frances, além da sua língua materna. Escreveu vários livros, entre eles: *Apontamentos dos Fatos Diretos ou Relativos à História do Brasil*, *Lista de Batalhas desde 753 a.C. até 1860*, *Bosquejos das Nações e Pormenores Notáveis da História Universal e Pátria*, *Vila de Piratini e Notícia Histórica, Geográfica e Descritiva*. Habitava esta casa quando na cidade, mas passava a maior parte do seu tempo na Estância São Frutuoso, onde morreu em 1884 aos 73 anos.

Edificação com características tradicionais da arquitetura luso-brasileira, de segunda época, com equilíbrio entre *cheios* e *vazios*. Telhado em quatro águas, com galbo, em telhas de capa-e-canal com beiral e cimbalha. Aberturas com vergas retas, portas com bandeiras e janelas em guilhotina.

Tombado pelo IPHAE em 1986 e tombado pelo Município em 1956.





6- Casa do Comendador Fabião

Rua 20 de setembro (Antiga Rua da Conceição), 22.

Construída em meados do século 19 para a Família Fabião. No século 20 foi residência do escritor, poeta e folclorista Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002). Barbosa Lessa, como era conhecido foi importante folclorista e poeta, com grande identificação com as causas gaúchas.

Barbosa Lessa nasceu na Chácara da Boa Esperança, hoje no perímetro urbano de Piratini. Cursou o curso Ginásio em Pelotas e o Clássico no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Lá conheceu Paixão Cortes, com quem, em 1947 cria o Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Julinho, que aportou na criação do Movimento Tradicionalista e no CTG35. Em 1959, é premiado na Academia Brasileira de Letras pelo romance *Os Guaxos*. Dedicou sua vida à cultura, aos romances, à poesia e à música. Foi Secretário de Cultura, Desporto e Turismo do Estado Rio Grande do Sul e idealizador da Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre.

Edificação térrea, com telhado em quatro águas e portões laterais com bandeiras em arco pleno sobrepostas por pinhas. Fachada de composição eclética sobre porão alto e acessos laterais. Composição marcada por pilastras com fustes canelados e capitéis coríntios. Janelas-portas envidraçadas, com postigos e bandeiras trabalhadas com gradis metálicos, cercadas por frisos e elementos ornamentais. Platibanda vazada com balaústres.

Tombado pelo IPHAE em 1986 e tombado pelo Município em 1956.





7- Casa Comercial dos Fabião

Rua 20 de Setembro, 30 (Antiga Rua da Conceição).

O Comendador Fabião foi um dos primeiros comerciantes de Piratini. O rico comércio na Freguesia de Piratini contribuiu para sua elevação à categoria de Vila em 1830.

Edificação com características construtivas tradicionais da arquitetura luso-brasileira, de *primeira época*, com predominância de *cheios sobre vazios*. Com quatro águas, telhado em capa e canal, com galbo e beiral *de beira e bica*. Três portas com arcos abatidos, provavelmente com aberturas substituídas. Após algumas intervenções, apresenta hoje esquadrias de abrir com vidros e postigos, e bandeiras com caixilharia. Acesso lateral geminado à residência da família.

Tombado pelo IPHAE em 1986 e tombado pelo Município em 1956.







8 – Primeira Cadeia

Rua 20 de Setembro (Antiga Rua da Conceição) esquina
Rua 15 de Novembro (Antiga Rua da Cadeia).

Prédio de propriedade da Da. Maria Francisca da Conceição, que deu o nome a antiga Rua da Conceição. Ali se instalou a primeira cadeia da Comarca de Piratini, em 1832, enquanto não concluído o prédio em construção para este fim. Com a instalação da cadeia, a rua lateral passa a se chamar Rua da Cadeia.

Edificação de esquina, de perfil residencial, com aberturas em vergas retas, telhado de quatro águas com galbo e telhas capa-e-canal. Aberturas da Rua 20 de Setembro alteradas.

Tombado pelo Município em 1956 .





9. Casa de Camarinha

Rua Vinte de Setembro, 150/156 (Antiga Praça do Teatro).

Prédio construído aproximadamente em 1789. O uso original foi residencial e o proprietário era Antônio José Vieira Guimarães. É apresentado como o primeiro prédio da povoação de Piratini. A *camarinha*, o pequeno torreão engastado na cobertura, foi construída posteriormente, na primeira década do século 20.

Edificação em alvenaria com paredes estruturais com cobertura de telhas capa-e-canal, com galbo, beirais e cimbalhas. Possui portas envidraçadas sem bandeiras e portas de abrir à francesa ou tipo-calha. Janelas de madeira com caixilhos de guilhotina e postigos. As vergas das portas e janelas são em arco abatido, com exceção de uma janela e porta-calha, com vergas retas.

Tombado pelo IPHAE em 1986 e tombado pelo Município em 1956.







10 – Antigo Teatro Sete de Abril

Largo Padre Reinaldo Wist, 23 (Antiga Praça do Teatro)
esquina Comendador Freitas (Antiga Rua do Teatro).

Construído por volta de 1830, se manteve em atividade até 1845. O local foi utilizado para saraus e bailes, onde se dançava o fandango ao som da viola e da rebeca. Festas e homenagens tiveram lugar neste prédio durante a Revolução Farroupilha. O acesso acontecia pela Rua Comendador Freitas, em plano de fachada hoje com duas pequenas janelas.

Edificação geminada, com características tradicionais da arquitetura tradicional luso-brasileira de primeira fase, com vãos das aberturas pequenos e estreitos e prevalência de *cheios sobre vazios*. Beirais curtos, sobre beira-seveira e marcação do cunhal. Vãos em arco abatido, com janelas em guilhotina. Parcialmente desfigurado, abriga hoje três unidades residenciais.

Tombado pelo IPHAE em 1986 e tombado pelo Município em 1956.





ESTACIONAMENTO
RUA DE SÃO CARLOS →

RUA DE SÃO CARLOS
100



11 – Antiga Cadeia

Rua Comendador Freitas, 341 (Antiga Rua do Teatro),
esquina Travessa Tiradentes.

Edificação iniciada em 1855, para a Cadeia Pública, em terreno doado por Vicente Caetano da Silva. Seu uso como cadeia é vetado antes mesmo da sua conclusão por causa da proximidade com um templo cristão. Por fim é adaptada para o uso residencial.

Estrutura de esquina em alvenaria com cobertura de telhas capa-e-canal e beiral. Portas envidraçadas e janelas com caixilhos de guilhotina.

Tombado pelo IPHAE em 1986 e tombado pelo Município em 1956.





12 – Obelisco ao Centenário Farroupilha

Praça da República Rio-Grandense s/n, Antiga Praça das Alegrias.

Defronte à Prefeitura de Piratini, sobre praça cívico-religiosa, no Largo das Bandeiras, se destaca o Monumento comemorativo ao Centenário da Primeira Capital Farroupilha, construído em granito rosa. Sobre placa de bronze, a efígie em relevo, de Bento Gonçalves da Silva, esculpido por Augusto Pastorello. Também é destaque a homenagem ao Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

Bento Gonçalves da Silva (1788-1847) nasceu em Triunfo, de uma família tradicional da região. Aos 23 anos ingressou no serviço militar. Casa em 1814 com Caetana Garcia, uruguaia, filha de um estancieiro espanhol e de mãe brasileira, de ascendência açoriana. Com Caetana teve nove (9) filhos. Em 1816, em Serro Largo, Uruguai, Bento, já um próspero fazendeiro, tinha uma loja de fazendas e bebidas e uma estância. Em 1820 participou da campanha da qual resultou a anexação da Banda Oriental do Uruguai como *Província Cisplatina* ao *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*, pelo Tratado de 31 de julho de 1821. Destacou-se na Guerra da Cisplatina, combatendo pelo Império Brasileiro. Quando Coronel do Estado Maior, foi nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional da Província e foi deputado à Assembléia Provincial em 1834. Um dos mentores

da Revolução Farroupilha (1835-1845), foi preso em combate na Ilha do Fanfa, em 1836. Ao ser proclamada a República Rio-Grandense, estava preso na Bahia e mesmo assim foi eleito presidente desta República, assumindo o posto após fugir da prisão e retornar à Província. Em 1842, reafirma seus ideais republicanos, em pronunciamento em Alegrete, então Segunda Capital Farroupilha. Em 1843, renuncia à Presidência a fim de evitar conflitos com os já divididos republicanos, passando apenas a comandar uma divisão militar. A guerra terminou com a assinatura da Paz de Ponche Verde, em 10 de março de 1845, através da qual se estipulou a anistia geral a todos os envolvidos. Empobrecido, Bento volta à Estância do Cristal, em Camaquã (herança do seu pai), único bem restado à família após 10 anos de guerra. Desgostoso com o rumo dos acontecimentos retira-se da cena pública e da vida política para tratar dos seus próprios negócios e da família. Morre em Guaíba na casa do amigo farrapo José Gomes de Vasconcellos Jardim, aos 58 anos. A Estância do Cristal é hoje sede do Parque Histórico General Bento Gonçalves da Silva.

O escultor Augusto Pastorello, autor da efígie em relevo no monumento, nasceu na França, filho de imigrantes italianos radicados naquele país, que vieram para Pelotas na Colônia Francesa de Santo Antônio, no final do século 19. Escultor e gravurista, é autor entre outras obras de esculturas para o Clube Caixeiral em Pelotas, para a Prefeitura de Piratini além de vários bustos, monumentos e placas comemorativas.



13 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição

Praça da República Rio-Grandense (Antiga Praça das Alegrias).

A primeira capela construída quando da chegada dos casais açorianos a Piratini, foi destruída em 1811. Então, por iniciativa do Reverendo Jacinto José Pinto Moreira é erguida uma Igreja por José de Matos Guimarães, finalizada em 1814. Quando eclodiu a Revolução Farroupilha a capela estava quase concluída, mas uma das torres ameaçava ruir, sendo então demolida. Naquele templo foi realizado o *Te Deum* em ação de graças à proclamação da República Rio-Grandense. A nova Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Piratini foi construída entre 1840 e 1854, no mesmo local, projetada por arquiteto italiano.

Composição arquitetônica simétrica e austera, estruturada em três volumes: frontal, nave e capela-mór, sacristia. Estrutura marcada por pilastras lisas, com embasamento. Fachada com corpo central e dois torreões laterais. Nos torreões, aberturas em pares, em arcos plenos, coroados por cimalthas e platibandas vazadas com *coruchéus* sobre os cunhais. O deságüe da cobertura é feito por meio de *gárgulas* metálicas, com cabeças de dragões. Na parte central, plana, a porta principal, com verga em arco pleno e bandeira com vitrais, ladeada por pilastras, com acabamento em pináculos em alto relevo. Na altura do coro, um óculo com caixilharia em quadros e um vitral.

Coroando a composição central, um nicho, com arco trilobado, abriga a imagem de Nossa Senhora da Conceição. No interior, nave única, com arco cruzeiro e capela mor. O piso em ladrilhos hidráulicos. Nas laterais, vitrais inseridos em vãos de arco pleno.







14 - Antiga Casa Fabião

Rua Bento Gonçalves (Antiga Rua Clara), defronte à Praça da República Rio-Grandense (Antiga Praça das Alegrias).

Edificação térrea, de esquina, com terceira face (chanfro na esquina). Construída no início do século 20, sobre porão baixo, com *gateiras* ovais. Fachada principal em composição simétrica, com porta e duas portas-janelas nas laterais, com balcões e guarda-corpo de ferro, vergas retas. No chanfro, um balcão curvo com piso de mármore e gradil, uma porta-janela com bandeira de vidros coloridos e cercadura em massa lisa e ornamentos superiores. Na fachada secundária, janelas em pares, com caixilhos de abrir à francesa. Típicos da região sul do Estado, cantos arredondados na caixilharia. Vãos das aberturas são sobrepostos por *pestanas* retas. A platibanda se estrutura sobre cimalha contínua, com *antefixos* intercalados por pinhas e compoteiras. Na esquina, sob o frontão curvo, um medalhão ornamental com a data 1903 e as iniciais *AF*. Abriga hoje o Sindicato Rural.

Tombado pelo IPHAE em 1986 e tombado pelo Município em 1956.





15 - Antiga Farmácia Caridade

Rua Bento Gonçalves, 117 (Antiga Rua Clara), esquina Rua Comendador Freitas.

Construída por volta de 1831. Este prédio servia de depósito da Casa de Comércio Moreira Fabião. Por ordem do Comendador Moreira Fabião foi dividida e adaptada para residência de sua filha Anacleta e seu esposo João de Deus Valente. João de Deus era farmacêutico, instalou sua farmácia de manipulação com o nome de Farmácia Caridade, de onde ninguém saía sem medicamento, independente de pagamento ou não.

Edificação térrea, de esquina, com cobertura em quatro águas, em telhas capa-e-canal com galbo e beiral sobre cimalha simples. A estrutura é marcada nas extremidades por cunhais, e os vãos com molduras lisas. Esquadrias, alinhadas superiormente, sendo as janelas com duas folhas de abrir, vidros lisos e postigos.

Tombado pelo IPHAE em 1986 e tombado pelo Município em 1956.





PREFEITURA MUNICIPAL



16 – Prefeitura Municipal

Rua Comendador Freitas, 255.

Antiga Casa da Câmara, hoje Prefeitura Municipal. Foi construída em 1858 por ordem de Gomes de Freitas. É remodelada com elementos simplificados do ecletismo em 1934, por Miguel Carosiello. No hall de entrada, em exposição, a pintura a óleo de grandes dimensões (310x514cm), *"Alegoria do Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha"*, do pintor Hélios Seelinger. Pintado em meados da década de 20 do século passado e pertencente ao acervo do Museu Histórico Farroupilha, chegou a Piratini entre 1953 e 1959, proveniente do Palácio Piratini, em Porto Alegre.





Detalhe da pintura a óleo *Alegoria do Sentido e Espírito da Revolução Farroupilha*, Hélios Seelinger

Hélio Aristides Seelinger(1878-1965) residiu em Porto Alegre em 1925. Foi pintor, desenhista e caricaturista. Filho de alemães, de pai pintor e caricaturista, nasceu no Rio de Janeiro. Ali radicado com a família, estudou na Academia Imperial de Belas Artes, a partir de 1864, e na antiga Escola Nacional de Belas Artes entre 1892-96, como aluno de Henrique e Rodolfo Bernardelli. Entre 1897 e 1900, estuda em Munique com Franz Stuck. É premiado pelo Salão Nacional de Belas Artes em 1901, retornando à Europa para aperfeiçoar-se em Paris com Jean Paul Laurens. Volta ao Brasil em 1908, e expõe no Museu Comercial/RJ. Seelinger notabilizou-se pela caricatura e pelo desenho de humor. Sob a assinatura Hélio trabalhou como ilustrador para periódicos ilustrados cariocas como *O Malho*, *Leitura Para Todos*, *Careta*, *Fon-Fon* e *D. Quixote*. Seu trabalho como ilustrador era considerado vanguardista e audaz. Chegou a Porto Alegre em 1924, onde realiza exposição individual de pinturas na *Casa Jamardo*, um estabelecimento comercial cujos proprietários promoviam artistas locais, através de mostras de desenho, pintura e fotografia. Pela reportagem da *Mascara* (revista editada em Porto Alegre nos anos vinte)

nos 40 quadros expostos predominava *a fantasia e a paisagem* e apresentava Hélio Seelinger como um artista consagrado. Dinamizou a produção cultural local, com a formação do grupo *Os Treze*, composto por nomes em evidência na pintura, nas letras e no jornalismo locais, promovendo e realizando salões e exposições de arte. Ao retornar ao Rio de Janeiro, continuou participando de salões de arte e recebendo premiações (1939 e 1941). Foi funcionário do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro por muitos anos.

De composição simétrica, o prédio estrutura-se em terreno inclinado sobre embasamento, com corpo central elevado. No corpo central, porta em duas folhas e verga em arco pleno; nos laterais, quatro janelas intercaladas por pilastras, com elementos decorativos em linhas retas e curvas. As janelas, de abrir à francesa, com vergas e bandeiras retas. A platibanda fechada e no corpo central, elevado, as armas da República Brasileira.

Horário de atendimento:

de segunda a sexta das 9:00h às 15:00h.

Telefone: 053-3257 3278.





17 – Calçamento Original

Travessa Manuel Ricardo Lucas entre as Ruas 15 de Novembro (Antiga Rua da Cadeia) e Bento Gonçalves (Antiga Rua Clara).

Trecho remanescente de antiga pavimentação em pedras irregulares de granito em diversos tamanhos. O passeio apresenta partes com essa mesma pavimentação.







18 - Casa de José Francisco da Conceição

Rua Bento Gonçalves, 135 esquina Beco da Da Santa

Residência do boticário José Francisco da Conceição.

De arquitetura tradicional luso-brasileira, com telhado galbado em quatro águas e aberturas com vergas retas.

Tombado pelo Município em 1956.







19 – Beco da Dona Santa

Entre as Ruas Bento Gonçalves (antiga Rua Clara) e General Daltro Filho (antiga Rua Nova).

O beco, cujo nome se deve à Dona Santa Teodora Motta que possuía uma pousada na Casa do Brigadeiro Manoel Lucas de Lima.

A sinuosidade e pavimentação sem passeio e meio-fio caracterizam arruamentos típicos do período colonial luso-brasileiro.







20 - Casa de Antonio Correa da Silva

Rua General Daltro Filho, 79 e 89 ((Antiga Rua Nova)
esquina Beco da Da. Santa

Construída em 1821. Antonio Correa da Silva está relacionado no auto de criação da Vila de Piratini e participou da Sessão Extraordinária da Câmara de Piratini que promulgou a República Rio-Grandense em novembro de 1836.







21 - Casa Brig. Manoel Lucas de Lima

Rua General Daltro Filho, 63, esquina Beco da Da.Santa

Manoel Lucas de Lima nasceu no segundo distrito de Piratini em 21 de Janeiro de 1815, filho de Vicente Lucas de Oliveira e Florencia Gomes de Lima. Durante a Revolução Farroupilha foi ferido por bala na articulação do punho direito, na Batalha do Ponche Verde, em 1843. Concluiu a revolução no posto de Capitão. Envolve-se também na guerra contra Rosas e na Guerra do Paraguai. Casado com Emília Reverbel de Lima é nas suas terras que, após a sua morte começa a extração de carvão mineral no Rio Grande do Sul.

Edificação geminada construída em 1821, em arquitetura tradicional luso-brasileira. Denominada Antiga Casa de Fazenda, apresenta cobertura em quatro águas, com telhas de barro capa-e-canal com beiral em galbo sobre cimalha. Nas extremidades, sobre os cunhais, peitos de pomba. Aberturas de madeira, com vergas em arco abatido. Portas tipo calha e janelas em guilhotinas. Uma parte da edificação foi descaracterizada, com introdução de verga reta, porta recuada e esquadria de abrir.

Tombado pelo IPHAE em 1986.





22 - Casa de Manoel Ricardo Lucas

Rua Bento Gonçalves 154 (Antiga Rua Clara), esquina Travessa Manuel R. Lucas.

Casa térrea construída por volta de 1821 que posteriormente pertenceu a Manoel Ricardo Lucas.

Manoel Ricardo Lucas (1902-2000) nasceu em Curral das Pedras, hoje município de Pinheiro Machado. Quando jovem auxiliava a família nas lides campeiras e nas atividades comerciais do pai. Coursou o Ginásio em Pelotas, retornando aos negócios da família como contador. Como reser-



vista participou da campanha de 1924, quando foi promovido a 3º sargento, retornando após isto aos negócios da família. Casado com Demétria Madeira teve dois filhos. Paralelamente às atividades rurais exercia ofício de carpinteiro, e em 1943 mudou-se para Piratini com a família onde mantinha seus negócios de carpintaria. Entre 1945 e 1961 assume a subprefeitura do então 10 subdistrito, e após isto é nomeado Diretor do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem. Demite-se em 1963 após ter organizado todo este Departamento. Co-fundador do Moinho Piratiniense, idealizou a maquinaria organizando e executando sua instalação. Construiu e implantou a Rodoviária de Piratini, passando posteriormente a concessão às netas. Teve atuação e colaboração freqüente na Sociedade Recreio Piratiniense, na Associação Rural e na Loja Maçônica Rio Branco III. Como maçom ativo desde 1927, recebeu em 1998 e 2000, consecutivamente o título de Membro Emérito e título de Membro Benemérito da Grande Loja do Rio Grande do Sul.

Construção em alvenaria, com paredes estruturais. Embasamento rusticado e marcação vertical por cunhais. Na fachada principal, porta em calha e bandeira trabalhada com desenhos curvos. Nas janelas em guilhotina da fachada os mesmos motivos da bandeira da porta principal. Nas janelas laterais, caixilharia em quadrados. Cobertura com telhas de capa-e-canal, com beiral sobre cimalha. Com forte presença urbana, em localização frontal ao Beco.

Tombado pelo IPHAE em 1986 e tombado pelo Município em 1956.



170



23 - Casa de Vicente Lucas de Oliveira

Rua Bento Gonçalves, 170 (Antiga Rua Clara).

Sobrado construído em 1830, por iniciativa de Vicente Lucas de Oliveira, Primeiro Presidente da Câmara de Piratini (1832-1840). Na República Rio-Grandense foi Ministro da Justiça e da Guerra e em 1842 foi eleito deputado à Assembléia Constituinte instalada em Alegrete.

Edificação com fachada superior revestida de azulejos, provavelmente de procedência portuguesa. Marcação vertical por cunhais e horizontais com cimalkhas. planos de fachada e frisos compostos com azulejos. Janelas com caixilhos em guilhotina, e portas em calha abrindo sobre o passeio.

Tombado pelo IPHAE em 1986 e tombado pelo Município em 1956.





24 - Casa de Garibaldi

Rua Bento Gonçalves, 182/186 (Antiga Rua Clara).

Casa utilizada por Luigi Rosseti, redator do Jornal Revolucionário *O Povo*, impresso nessa residência de 1838 a 1839, quando foi transferido para Caçapava com o Governo Farroupilha. Jornal de iniciativa de Domingos José de Almeida, teve 45 edições impressas. Nesta casa morou também Garibaldi quando do seu envolvimento na Revolução. Luigi Rosseti e Giuseppe Garibaldi (1807-1882), italianos fugitivos, simpatizantes do movimento Jovem Itália de Giuseppe Mazzini, encontram-se em 1836 no Rio de Janeiro, de onde navegam até Montevideú. Chegam à então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul através do Uruguai. Com Bento Gonçalves da Silva e David Canabarro enfrentaram as tropas imperiais na Lagoa dos Patos. Ambos participam da conquista de Laguna em 1839, que envolveu a travessia em carreta do barco Seival entre a Lagoa dos Patos e a Barra do Tramandaí. Após a proclamação da República Juliana, Garibaldi volta à Itália em 1848. Depois de sucessivos exílios consegue a unificação da Itália em 1861. Morre na Ilha de Caprera, na Itália, em 1882, aos 74 anos. Luigi Rosseti, no posto de capitão, é atingido por uma lança e morre na Tomada de Viamão pelos imperiais em 1840.

A edificação é térrea, pequena, e tem as características tradicionais da arquitetura luso-brasileira no Rio Grande do Sul.

Tombado pelo IPHAN em 1941 e tombado pelo Município em 1956.





25 - Museu Histórico Farroupilha

Rua Coronel Manuel Pedroso (Antiga Rua do Bonfim), 77, esquina Rua Bento Gonçalves (Antiga Rua Clara).

Construído em 1819, o prédio pertenceu ao capitão Manuel Gonçalves Meirelles, tio de Bento Gonçalves da Silva. Provavelmente a edificação abrigava um estabelecimento comercial no térreo e residência no andar superior. No período farroupilha ali foi instalado o Ministério da Guerra e abrigou em 1837, uma escola pública para meninos. Em 1878 voltou a ser residência. Em 1953 o Governo do Estado criou o Museu Histórico Farroupilha, instalado no sobrado no ano seguinte.

O Museu Histórico Farroupilha apresenta em seu acervo importantes documentos relacionados à Revolução Farroupilha. Destaque para alguns objetos pessoais pertencentes a Bento Gonçalves e Manoel Lucas de Oliveira, e para as pinturas que representam os heróis farroupilha; entre os autores estão Guilherme Litran, Antonio e Dakir Parreiras.

A edificação é formada por dois blocos adjacentes com dois pavimentos e coberturas independentes de telhas de barro tipo capa-e-canal, com beiral em galbo sobre cimalha. Portas e janelas de madeira com vergas em arco abatido. As portas de abrir a francesa ou tipo calha e janelas com caixilhos em guilhotina com fechamento interno por postigos. Apresenta além do acesso frontal térreo por várias portas, um acesso ao pátio lateral através de portão junto ao alinhamento. Neste pátio e no passeio frontal se pode observar a pavimentação colonial em pedras irregulares de granito.

Tombado pelo IPHAN em 1952 e tombado pelo Município em 1956.

Horário de atendimento:

Segunda a Sexta:

9:00 às 11:30h e das 13:30 às 17h.

Sábados, Domingos e Feriados:

14:30 às 17:00h.

Telefone: 053-32571481







Edificações Isoladas

A - Fonte dos Pinheiro

Rua da Fonte dos Pinheiro s/n°.

Equipamento de captação hídrica construído em alvenaria no início do século XIX. É a mais antiga fonte pública de água de Piratini, popularmente conhecida como *a bica*.

Tombada pelo Município em 1984.





B- Sobrado da Dorada

Rua General Neto, 238.

Construído em 1830, pertenceu ao Dr. Afonso Gassier, médico francês casado com D. Florinda Moreira, neta de Vicente Lucas de Oliveira. Abrigou, nos fundos, a fábrica de pólvoras e foguetes dos irmãos Gonzaga Ferreira Pinto de Souza, conhecidos como *os fogueteiros*. O prédio, com embasamento elevado possui uma *açoteia* lateral com gradis em ferro. Sobre os pilaretes possuía jarrões e no cunhal, ainda presente a estátua de um cão, em cerâmica vitrificada. As fachadas são marcadas por cunhais lisos e a cobertura, em quatro águas e galbo, decoradas nas extremidades da cumeeira com duas pinhas de cristal colorido. Sob o beiral, um friso de azulejos portugueses superposto por cimalha denticulada.

Tombado pelo IPHAE em 1986 e tombado pelo Município em 1984.



C- Ruínas da Casa do Bento

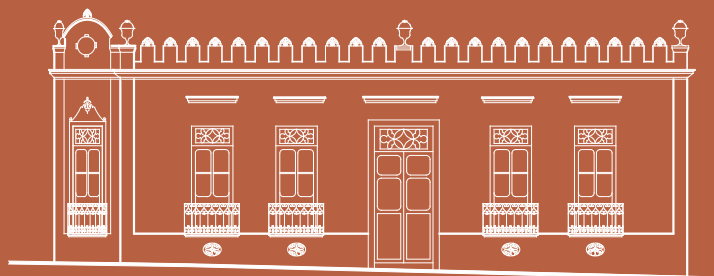
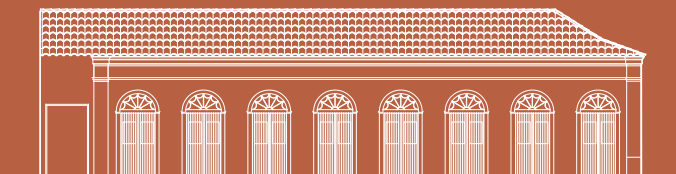
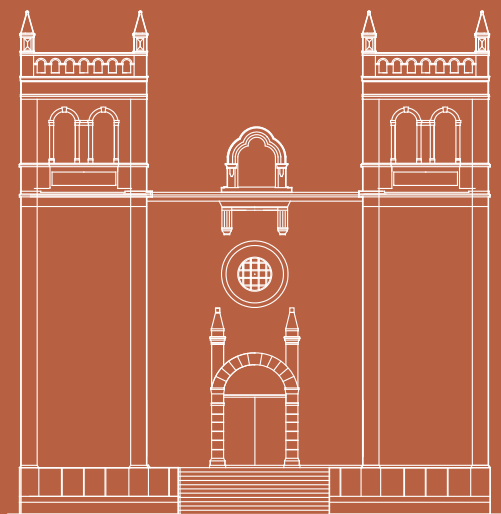
Rua Cel Manoel Pedroso (Antiga Rua do Bom Fim) esquina
Rua 15 de Novembro (Antiga Rua da Cadeia)

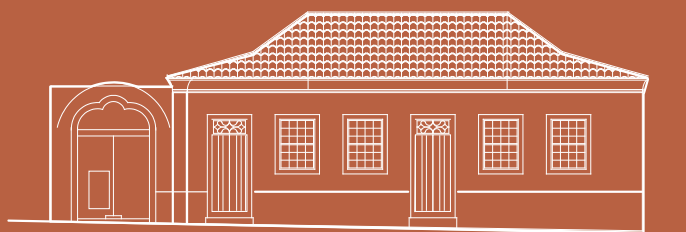
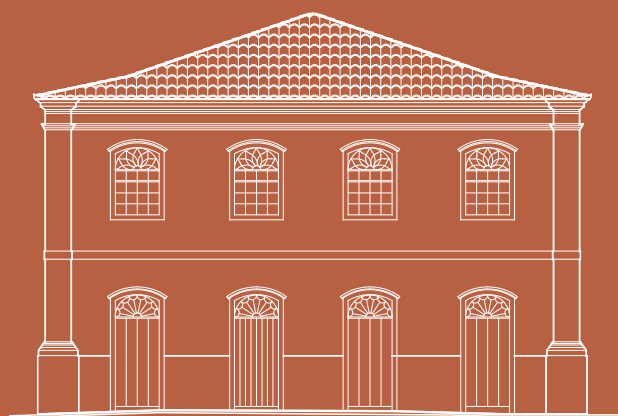
Na casa antes existente neste terreno, morava
o Gal. Bento Gonçalves quando em Piratini.











Preservação do patrimônio

A preservação de um patrimônio, cultural ou natural, necessita de critérios de intervenções para assegurar a manutenção dos valores culturais e da identidade deste grupo e lugar.

Todas as cidades têm escrito nos seus traços a história de quem ali viveu e vive. A consciência da importância das ações de preservação é fundamental para que a configuração de novos espaços de vida na área urbana possa dialogar com a preexistência significativa historicamente herdada. A própria qualidade da inovação que portamos com as nossas ações contemporâneas depende desta consciência e respeito.

Patrimônio

É o conjunto de todos os bens, incluindo os direitos e as obrigações, que pelo seu **valor** são considerados relevantes para a **identidade** e **cultura** de um grupo. Pode ser classificado em **Cultural** e **Natural** e **Material** e **Imaterial**.

O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações.

Valor

Atribuição que é dada por alguém a alguma coisa. É sempre uma escolha que reflete o grau de importância histórica, artística, científica ou ambiental.

Quando eu considero importante a Casa de Garibaldi, estou atribuindo a ela um valor. Valor



histórico pela importância que ela teve na época da Revolução Farroupilha, mesmo não possuindo grande valor artístico ou de mercado imobiliário como possam ter outros prédios.

Identidade

É o conjunto de características iguais que permitem o reconhecimento.

Quando eu vejo um gaúcho pilchado eu reconheço a vestimenta usada característica deste tipo. Se eu uso a mesma roupa eu me identifico com ele. Somos iguais. Eu me reconheço nele. Pertencemos ao mesmo grupo com costumes comuns que vão além da roupa. São as mesmas preferências ou características no gosto musical, no sotaque, na comida, etc.

Um turista com roupas e sotaque diferente é o outro. Ele não tem identidade comigo, tem alteridade. Reconheço nele a diferença que reforça a minha identidade. Embora possamos compartilhar características e valores iguais como a mesma língua ou a admiração pela bravura dos farrapos.

Cultura

É o conjunto de toda a produção do ser humano. A cultura de um povo é todo o seu conhecimento, técnica, arte, crenças e costumes.

A cultura foi e ainda é confundida com bons costumes, etiqueta e educação. A divisão entre cultura erudita e popular não pressupõe uma qualidade maior daquela sobre esta.

A valorização da sua própria cultura é realizada de maneiras mais diversas: Desde o costume de

tomar chimarrão, falar utilizando palavras e sotaque próprios à preservação do prédio e do acervo do Museu Farroupilha.

Patrimônio Cultural e Natural

Embora intimamente relacionados e interdependentes, classifica-se como Patrimônio Cultural o resultado da interferência humana, enquanto que Patrimônio Natural são áreas onde a natureza foi o principal agente e a intervenção humana é restrita.

Uma praça, embora utilize elementos naturais, é Patrimônio Cultural, pois é produto da ação humana.

Patrimônio Material e Imaterial

Patrimônio material são bens tangíveis, isto é, que podem ser tocados como, por exemplo, prédios e sítios arqueológicos que são bens imóveis e quadros, fotografias e acervos de museus que são bens móveis.

Patrimônio imaterial são as práticas, ritos, festas, danças e os modos de fazer de um grupo tendo como exemplo o hábito do chimarrão, o preparo do churrasco, o cumprimento típico do gaúcho, suas danças e músicas.

A preservação do patrimônio se dá em vários estágios:

Identificação

É o reconhecimento e registro do conjunto de bens. Normalmente se dá através de um **Inventário** do Patrimônio onde são registrados dados como a sua localização, pesquisa histórica e levantamen-

to fotográfico e arquitetônico ou modos de realizar determinada atividade.

Proteção

Se dá através de ações que visam proteger a integridade do bem. Pode ser física que assegura proteção contra roubos, vandalismos ou intempéries ou legal através de legislação federal, estadual e municipal. Um dos instrumentos legais de proteção mais utilizados é o **tombamento** que é a colocação do bem de reconhecido valor sob a tutela do estado sem restringir o direito da propriedade particular. O termo *tombamento* tem origem na Torre do Tombo em Lisboa - arquivo nacional português desde a Idade Média.

Conservação

Visa preservar a autenticidade e integridade do bem, inclui a manutenção e reparação. Um imóvel bem conservado previne a degradação e evita que seja necessária uma restauração.

Restauração

A restauração busca recuperar e reintegrar os elementos de um bem não se atendo apenas aos aspectos físicos, mas considerando os aspectos históricos e artísticos, que não deverão ser falsificados, e sem esconder as marcas do tempo na obra. Toda intervenção deve ser reversível para facilitar futuras intervenções e distinta para que se reconheça a intervenção realizada. Deverá ser realizada por profissionais habilitados, após trabalho de pesquisa, levantamentos e projetos.



Níveis de proteção

A Proteção legal do patrimônio se dá em vários níveis que vai desde o nível mundial até a particular, passando pelas esferas federal, estadual e municipal.

Mundial

É feita pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura através da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972 que o Brasil aderiu em 1977. No Rio Grande do Sul o Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões é patrimônio da humanidade desde 1983.

Federal

O IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937, é o órgão que promove e coordena o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Em Piratini há três bens relacionados no Livro do Tombo – Histórico: Casa de Garibaldi (1941), Palácio do Governo Farroupilha (1941) e o Quartel General Farroupilha (1952) atual Museu Histórico Farroupilha.

Estadual

Em nível estadual, no Rio Grande do Sul, o órgão que trata do patrimônio é o IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado criado em 1990, mas com origens em 1954 e mesmo 1922 através do Regulamento de Terras.

Piratini conta com 15 bens tombados em nível estadual. 14 prédios urbanos tombados em 1986,

quando das comemorações do sesquicentenário da Revolução Farroupilha e a Ponte do Império tombada em 1984. Após a capital, é o município que possui o maior número de bens tombados em nível estadual.

Municipal

No município de Piratini assuntos referentes ao patrimônio são tratados diretamente pela Prefeitura Municipal. Diversas leis municipais desde 1955 protegem 30 prédios e a Fonte dos Pinheiro.

Particular

O proprietário do bem patrimonial é o principal interessado em sua proteção e valorização. Não é necessária a tutela estatal para o seu reconhecimento de valor e para que sejam desenvolvidas ações de proteção e valorização. Ter a propriedade de um bem de valor cultural ou natural deve ser motivo de orgulho e responsabilidade para sua transmissão às gerações futuras.



Recomendações de preservação

Esta relação de recomendações deve ajudar na identificação das causas de deterioração do imóvel. Nem todas as ações são de âmbito privado. Em alguns casos é interessante e necessário buscar orientação das instituições e órgãos de legislação do patrimônio. Tenha sempre em mente que seu imóvel está inserido numa cidade histórica e possivelmente na área denominada Centro Histórico de Piratini. Esta delimitação determina uma disposição e compromisso como cidadão que habita uma área privilegiada, onde a sua posse do imóvel não lhe permite total autonomia para definir critérios de ampliação e até mesmo de manutenção, para que não se desfigure o conjunto arquitetônico que caracteriza este lugar.

1. Tenha na sua casa um extintor de incêndio. O mais recomendado é o do tipo pó ABC que combate os incêndios da Classe A – materiais sólidos, Classe B – líquidos inflamáveis e Classe C – equipamentos elétricos. Atente para validade da carga.

2. Identifique o sistema construtivo de seu prédio. Se é feito de pedras ou tijolos, como é sua fundação e alicerces, o tipo de reboco, estrutura de telhado e cobertura e até a distribuição de seus cômodos. Entender o sistema construtivo dos prédios não é necessariamente ter conhecimento técnico, é munir-se de dados para melhor preservá-lo.

3. Reconheça as causas de deterioração. Podem ser climáticas (chuva, vento), biológicas (cupins), geológicas (assentamento do solo), aci-

dentais (incêndios, explosões) e humanas (mau uso, más intervenções e principalmente a não identificação da necessidade de manutenção).

4. Preste atenção a qualquer pequeno dano que pode ser reparado assim que for identificado, pois uma rachadura no reboco pode significar um problema estrutural que quanto antes for identificado, mais fácil, rápida e de menor custo será a sua solução.

5. Mantenha as juntas com argamassa (espaços entre alvenaria e esquadrias, espaços entre pedras ou tijolos), pois a falta desta compromete a solidez das paredes e de elementos de apoio. As juntas, uma vez aparentes, têm rápido desenvolvimento e péssimos resultados, já que alguns segmentos da edificação não podem estar expostos, ou degradam-se rapidamente.

6. Limpe periodicamente os locais externos e internos da sua residência. Qualquer monte de terra ou lixo junto às paredes compromete o reboco, acumula umidade e fungos além de atrair pequenos animais indesejados.

7. Desobstrua calhas, ralos, terraços e valetas de dreno d'água. Estes devem ser limpos com frequência para que não impedir a livre passagem e escoamento da água.

8. Não permita que se acumule poeira e terra nos telhados, cimalhas e ornamentos, pois isto pode permitir o aparecimento e crescimento de

pequenas plantas que, enraizadas, abalam a solidez entre as diferentes partes, facilitando a entrada de umidade na edificação. Estas pequenas plantas devem ser retiradas imediatamente e as rachaduras e manchas provocadas pelas raízes devem ser tratadas, o material de reboco reposto e a pintura refeita.

9. Não esqueça de sempre esperar a secagem completa das superfícies após a sua lavagem. Recomponha as partes danificadas sempre com material e textura originais.

10. Nunca execute jardins junto à base das edificações. Canteiros acumulam umidade que se infiltra nas paredes e fundações. Árvores de grande porte devem estar localizadas longe da edificação, tendo sempre cuidado com o desenvolvimento das suas raízes e com o acúmulo de folhas em calhas e telhados.

11. Faça com que a água seja drenada para longe das paredes executando os passeios com uma inclinação adequada.



12. Revise com frequência as instalações de água e esgoto de cozinhas e banheiros evitando infiltrações prejudiciais à edificação.

13. Repinte as paredes com argamassa e reboco à base de cal com tintas à base de cal. Isto permite que a parede continue respirando e evita a condensação da umidade e o aparecimento de manchas e fungos. Tintas à base de PVA impermeabilizam a parede e evitam a sua transpiração e são adequadas a rebocos à base de cimento.

14. Consulte a Prefeitura Municipal para sugestão da cor mais adequada a ser pintada na parede, aberturas e elementos decorativos.

15. Evite a colocação de placas de publicidade de grandes formatos e que obstruam a visibilidade do prédio. Consulte a Prefeitura Municipal para saber o que é permitido.

16. Fiscalize o tráfego de caminhões pesados em vias de circulação proibida. O tráfego de veículos pesados provoca trepidação que abala a solidez de prédios antigos.

17. Não realize nenhuma reforma no seu prédio, principalmente com a alteração de esquadrias e ampliações sem antes aprovar o projeto junto à Prefeitura Municipal.

Você pode ter orientações mais precisas e específicas através do Manual publicado e fornecido pelo IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), *Patrimônio Edificado – Orientações para sua preservação*. Libretos, Porto Alegre, 2011.



Legislação

FEDERAL

Processo 0097-T-38 do Livro Histórico Nº inscr.: 179 ; Vol. 1 ; F. 030 ; Data: 03/10/1941 – Inscreve a Casa de Garibaldi como Patrimônio Histórico Nacional

Processo 0097-T-38 do Livro Histórico Nº inscr.: 152 ; Vol. 1 ; F. 025 ; Data: 05/02/1941 – Inscreve o Palácio do Governo Farroupilha como Patrimônio Histórico Nacional

Processo 0450-T-51 do Livro Histórico Nº inscr.: 296 ; Vol. 1 ; F. 050 ; Data: 05/09/1952 – Inscreve o Quartel General Farroupilha, atual Museu Histórico Farroupilha como Patrimônio Histórico Nacional

ESTADUAL

Decreto 31.823/1985 – Tomba como patrimônio cultural do Estado 15 prédios históricos de Piratini

Lei 8.713/1988 – Autoriza a compra pelo Estado do prédio da Casa da Camarinha

Lei 11.585/2001 – Declara Patrimônio Cultural do Estado conjuntos urbanos e edificações no Município de Piratini e outros.

Lei 12.919/2008 – Declara patrimônio cultural do Estado a Semana Farroupilha de Piratini

Lei 13.600/2010 – Estabelece que a Chama Crioula não será extinta e permanecerá acesa no

Palácio da República Rio-Grandense.

MUNICIPAL

Lei 76/1955 – Dispõe sobre alterações nas fachadas das casas existentes na zona tombada

Lei 10/1956 – Altera a Lei Municipal no. 76 e toma outras providências.

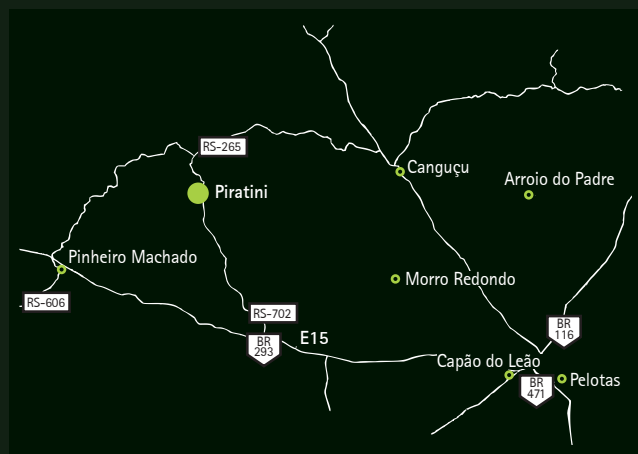
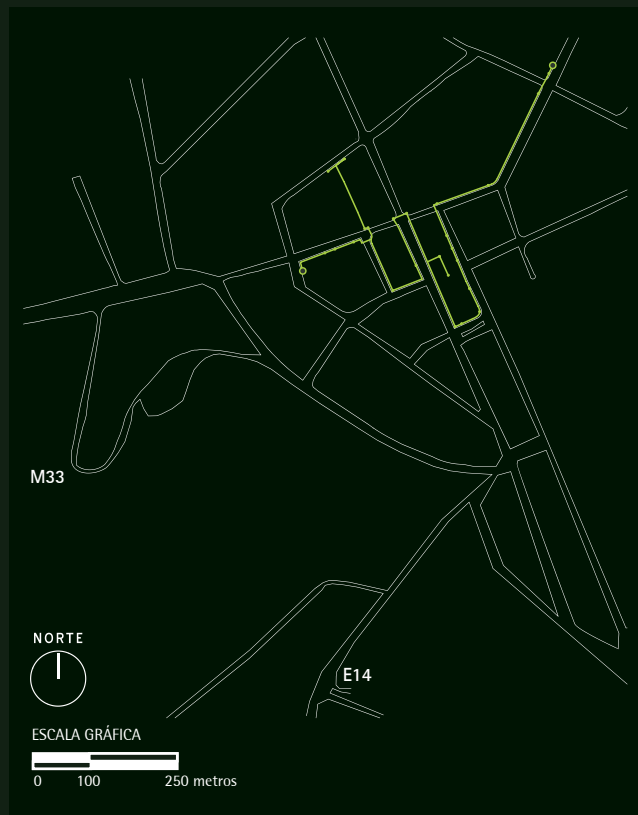
Lei 72/1957 – Dispõe sobre reformas ou reconstruções na zona tombada.

Lei 767/1984 – Institui normas de proteção ao centro histórico de Piratini e disciplina uso e ocupação do solo.

Portaria nº 78/2011 – SEDAC-RS – Dispõe sobre as normas para colocação de anúncios e veículos publicitários no Centro Histórico do município de Piratini/RS.

Distance (metres)	Number of people
0 - 20	10
20 - 50	20
50 - 100	15

Informações Turísticas



TOMBAMENTO FEDERAL - IPHAN

F1. Museu Histórico Farroupilha

Rua Cel. Manoel Pedroso, 77, propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Processo 520450-T-51; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 296 em 05/09/1952, Vol.1, Folha 050; Lei Municipal nº 10/1956 (Museu Histórico Farroupilha) – Órgão Público.

F2. Casa de Garibaldi

Rua Bento Gonçalves, 182, propriedade do Município de Piratini; Processo 0097-T-38; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 179 em 03/10/1941, Vol.1, Folha 030; Lei Municipal nº 10/1956 (Antiga Residência de José Garibaldi) – Órgão Público.

F3. Palácio do Governo Farroupilha

Av. Gomes Jardim, 104, propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Processo 0097-T-38; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 152 em 05/02/1941, Vol.1, Folha 025; Lei Municipal nº 10/1956 (Palácio do Governo Farroupilha) – Órgão Público.



TOMBAMENTO ESTADUAL - IPHAE

E1. Antiga Moradia de Egydio Rosa

Av. Maurício Cardoso, 89, propriedade de João de Deus da Cruz, com matrícula nº 3.393 no Livro nº 2 - Registro Geral do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 33/86 de 20.11.1986; Processo 52055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 49 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Lei Municipal nº 767/1984 (Hotel da Amizade) – Residência, Particular.

E2. Casa de Gomes de Freitas

Rua Bento Gonçalves, 59, propriedade de Ary Silveira da Cruz, com matrícula nº 2.473 no Livro nº 2 - Registro Geral do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 36/86 de 21.11.1986; Processo 52.055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 44 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Municipal nº 10/1956 (Corsina Freitas da Silveira) – Comércio, Particular.

E3. Antiga Casa Fabião

Rua Bento Gonçalves, 85, esquina com a Rua Comendador Freitas, propriedade da Associação Rural de Piratini, transcrita sob o nº 8.121 a fls. 148 do Livro 3-S do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 38/86 de 21.11.1986; Processo 52055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 54 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Municipal nº 10/1956 (Associação Rural) Lei Municipal nº 72/1957 (Casa Rural) – Associação.

E4. Antiga Farmácia Caridade

Rua Bento Gonçalves, 117, esquina com a Rua Comendador Freitas, propriedade do Município de Piratini, com matrícula nº 1.126 no Livro nº 2 - Registro Geral do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 32/86 de 20.11.1986; Processo 52055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 48 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Lei Municipal nº 10/1956 (Sucessão de João de Deus Dias Valente) – Órgão Público.

E5. Casa do Brigadeiro Manoel Lucas e Lima

Rua General Daltro Filho, 63, esquina com o Beco da Dona Santa, propriedade de Sucessores de Santa Teodora Mota, transcrita sob o nº 16.438, a fls. 101 do Livro 3-DD do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 31/86 de 20.11.1986; Processo 52055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 47 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986 – Residência, Particular.

E6. Casa de Vicente Lucas de Oliveira

Rua Bento Gonçalves, 170, propriedade de Zaira Leopoldina da Silveira, com matrícula nº 1.323 no Livro nº 2 - Registro Geral do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 39/86 de 21.11.1986; Processo 52.055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 55 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Lei Municipal nº 10/1956 (Antero Pedroso de Oliveira) – Residência/Comércio, Particular.

E7. Casa de Manoel Ricardo Lucas

Rua Bento Gonçalves, 154, esquina com a Travessa 20 de setembro, propriedade de Darwin da Costa Lucas, transcrito sob o nº 8.897, a fls. 14 do Livro 3-V do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 34/86 de 21.11.1986; Processo 52.055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 50 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Lei Municipal nº 10/1956 (Manoel Ricardo Lucas, excetuada a estação rodoviária) – Residência, Particular.

E8. Casa do Comendador Fabião

Rua 20 de Setembro, 22, propriedade de João Luís Barbosa Cunha, com matrícula nº 3.022 no Livro nº 2 - Registro Geral do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 26/86 de 20.11.1986; Processo 52.055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 42 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Lei Municipal nº 72/1957 (Sr. Raul Amaral) e Lei Municipal nº 10/1956 (Raul Soares do Amaral) – Residência, Particular.

E9. Casa Comercial dos Fabião

Rua 20 de Setembro, 30, propriedade de Orly Maranini Frota, transcrita sob o nº 19.230 a fls. 158 do Livro 3-GG do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 37/86 de 20.11.1986; Processo 52055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 53 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Lei Municipal nº 10/1956 (Osvaldo Corral) – Residência, Particular.

E10. Casa de Camarinha

Rua 20 de Setembro, 156, propriedade de Romildo Barbosa de Oliveira, com matrícula nº 2.162 no Livro nº 2 - Registro Geral do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 28/86 de 20.11.1986; Processo 52.055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 44 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Lei Municipal nº 10/1956 (Antônio Valente Padeiro) – Órgão Público.

Rua 20 de Setembro, 150, propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com matrícula nº 5.133 no Livro nº 2 - Registro Geral do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 28/86 de 20.11.1986; Processo 52.055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 44 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Lei Municipal nº 10/1956 (Antônio Valente Padeiro) – Órgão Público.

E11. Casa no Largo Padre Reinaldo Wist

Largo Padre Reinaldo Wist, 15, propriedade de Sucessores de Marlena Lopes Amaral, com matrícula nº 309 no Livro nº 2 - Registro Geral do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 30/86 de 20.11.1986; Processo 52055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 46 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Lei Municipal nº 10/1956 (Arlindo Espindola) – Residência, Particular.

E12. Antigo Teatro Municipal

Largo Reinaldo Wist, 23, esquina com a Rua Comendador Freitas, propriedade de Nede Barbosa Rodrigues, com matrícula nº 4.697 no Livro nº 2 - Registro Geral do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 29/86 de 20.11.1986; Processo 52.055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 45 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Lei Municipal nº 10/1956 (João N. Farias) – Residência, Particular.

E13. Antiga Cadeia

Rua Comendador Freitas, 341, esquina com a travessa Tiradentes, 12, propriedade de Sucessores de Jaime da Costa Gomes, com matrícula nº 251 no Livro nº 2 - Registro Geral do Registro de Imóveis de Piratini; Portaria 27/86 de 18.11.1986; Processo 52055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 43 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Lei Municipal nº 10/1956 (Sucessão de Bernardino José da Costa) – Residência, Particular.

E14. Sobrado da Dorada

Rua Gal. Neto, 238, propriedade de Sucessores de Afonso de Jesus Gotuzzo, com matrícula nº 9.423 a fls. 140 do Livro 3-U do Registro Geral de Imóveis de Piratini; Portaria 35/86 de 21.11.1986; Processo 52.055-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 51 em 21/12/1992; DOE em 11/12/1986; Lei Municipal nº 767/1984 (Sobrado da Dourada) – Residência, Particular.

E15. Ponte do Império

BR 293, Km 56 - Divisa de Piratini/Cerrito, Lat. 31°43'8.60"S Long. 52°54'4.69"O, construída entre 1869 e 1870, foi desativada porque ruíu 1/3 de sua estrutura, propriedade do Município de Piratini; Portaria 09/84 de 01.08.1984; Processo 11.997-19.00 SEC/84; Inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 28 em 01/08/1984; DOE em 16/08/1984 e Lei Estadual 11.585 de 12 de janeiro de 2001 – Público.



TOMBAMENTO MUNICIPAL

M1. Casa de Osvaldo Tarouco de Oliveira

Situada na Av. Gomes Jardim, nº. 230 e 236, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de Sucessores de Clóvis Prestes Porto, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Osvaldo Tarouco de Oliveira) – Comércio, Particular.

M2. Casas da Família de Elias Manoel de Brum

Av. Gomes Jardim, nº. 181, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de João Carlos Araújo, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Alvarino Corral) – Comércio, Particular.

Av. Gomes Jardim, nº. 173, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de Áurea Corrêa Pinheiro, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Alvarino Corral) – Comércio, Particular.

M3. Casa de Humberto Machado da Silveira

Av. Gomes Jardim, nº. 200, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de sucessores de Hélio Souza Silveira, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Sucessão de Huberto Machado da Silveira) – Residência, Particular.

M4. Ministério da Fazenda e Interior

Av. Gomes Jardim, nº. 120/122/124, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de Sucessores de Décio Alberto D'Ávila, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Sucessores de João Manoel de Ávila) – Comércio/Residência, Particular.

M5. Primeira Câmara Municipal

Av. Gomes Jardim, nº. 136, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de Hamilton Pedroso D'Ávila, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Sucessores de João Manoel de Ávila) – Comércio/Residência, Particular.

M6. Antiga Cervejaria dos Brum

Av. Gomes Jardim, nº. 135/137/139, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de Gládis Amaral Machado Lobato, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Moinho) – Comércio, Particular.

M7. Casa de Leonor Francisca Pedroso

Av. Gomes Jardim, nº. 103/109, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade

de Valdo Souza Garcia, protegida pela – Lei Municipal nº 10/1956 (Leonor Francisca Pedroso) – Comércio, Residência, Particular.

M8. Casa de Margarida Eulina Farias Garcia

Av. Gomes Jardim, nº. 101, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de Eva Lúcia Amaral, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Sucessão de Margarida Eulina Farias Garcia) – Comércio, Particular.

M9. Casas de Guiomar Furtado Dutra

Av. Gomes Jardim, nº. 51, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de Tamires de Ávila dos Santos protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Guiomar Furtado Dutra) – Comércio, Particular.

Av. Gomes Jardim, nº. 53, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de Eliane Dias da Rosa Lobato, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Guiomar Furtado Dutra) – Comércio, Particular.

M10. Casa de Antônio Dias Valente

Av. Gomes Jardim, nº. 45, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de Luis Fernando Dutra de Ávila, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Sucessão de Antônio Dias Valente) – Comércio, Particular.

M11. Casa de Domingos Soares da Silva

Av. Gomes Jardim, nº. 35, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de Sucessores de Hector José D'Ávila, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Sucessão de Domingos Soares da Silva) – Residência, Particular.

M12. Casa do Major Pantaleão Médici da Silveira

Av. Gomes Jardim, nº. 21/29, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de Sucessores de Olivam Alves D'Ávila, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Pantaleão Médici da Silveira) e Lei Municipal nº 72/1957 (Sucessão de D. Inácia Machado da Silveira) – Residência/Comércio, Particular.

M13. Casas de Manoel José Dias

Av. Gomes Jardim, nº. 3/5, antiga Av. 10 de Novembro, propriedade de Erecilda Pedroso Madruga, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Manoel José Dias) – Comércio/Residência, Particular.

M14. Casa de Manoel José Dias

Travessa Garibaldi, nº. 08, propriedade de Mari Ortiz de Tunes, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Manoel José Dias) – Residência, Particular.

M15. Casa da Família Gomes de Freitas

Rua Bento Gonçalves, 47, propriedade de Sucessores de Ignácio Soares do Amaral, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Aldemar Duarte) – Comércio, Particular.

M16. Casa de José Francisco da Conceição

Rua Bento Gonçalves, 135, propriedade de João Elem Barcelos Bandeira, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Paulino Meireles) – Comércio/Residência, Particular.

M17. Sobrado de Pascoal Moreira Régio

Rua Bento Gonçalves, 157, propriedade de João Secundino Vargas, protegido pela Lei Municipal nº 10/1956 (Bento Régio) – Órgão Público, Particular.

M18. Casas de Geminiano Manetti

Rua Bento Gonçalves, 181 e 183, propriedade de Sucessão de Alice Pinheiro Manetti, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Alice Pinheiro Manetti) – Comércio, Particular.

M19. Casa de Ismael Vaz da Silveira

Rua Bento Gonçalves, 265, propriedade de Sucessão de Joilo Piratinino Garcia, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Ismael Vaz da Silveira) – Comércio, Particular.

M20. Casas de João Nascimento Lucas

Rua Gal. Daltro Filho, 59 e 53, propriedade de Paulo de Jesus Goularte Borges e outros, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (João Nascimento Lucas) – Residência, Particular.

M21. Casa do Major Bernardo Pires da Rosa

Rua Cel. Manoel Pedroso, 19, propriedade de Mauro Euclides Lima Castro, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Olmiro Assunção de Farias) – Residência, Particular.

M22. Casa de Virgílio Antonio Lobato

Rua Cel. Manoel Pedroso, 57, esquina Rua Bento Gonçalves, 233, propriedade de Sucessão de Marcelino Flor Madruga, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Virgílio Antônio Lobato) – Comércio/Residência, Particular.

M23. Casa de Leopoldina Dias

Rua Cel. Manoel Pedroso, 89, propriedade de Maria Medianeira Amaral da Costa, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Sucessão de Leopoldina Dias) – Órgão Público, Particular.

M24. Casa de Pedro Foster de Oliveira

Rua Cel. Manoel Pedroso, 99, propriedade de Sucessores de Nadir Vaz da Silveira, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Pedro Foster de Oliveira) – Comércio, Particular.

M25. Casa Maria Luiza Bandeira Manetti

Rua Cel. Manoel Pedroso, 183, propriedade de Jacy Madruga Manetti, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Sucessão de Maria Luis Bandeira Manetti) – Residência, Particular.

M26. Loja Maçônica

Rua Cel. Manoel Pedroso, 199, propriedade de Loja Maçônica Rio Branco III, nº 24, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Loja Rio Branco IIIª) e Lei nº Municipal 72/1957 (Loja Rio Branco III nº 24) – Órgão Institucional, Particular.

M27. Casa de Osvaldo Tarouco de Oliveira

Situada na Rua Cel. Manoel Pedroso, 211, de propriedade de Madalena Marques protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Osvaldo Tarouco de Oliveira) – Residência, Particular.

M28. Casa de Ana Clara Vaz

Rua Cel. Manoel Pedroso, 263, propriedade da Sociedade Recreativa e Cultural "13 de Maio", protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Ana Clara Vaz) – Social, Particular.

M29. Casa de José Francisco Borges

Rua Comendador Freitas, 351, de propriedade de Bernardete Cassa, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (José Francisco Borges) – Residência, Particular.

M30. Casa de Venâncio Alves de Oliveira

Rua Comendador Freitas, 321, propriedade de Sucessores de Venâncio Alves de Oliveira, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Venâncio Alves de Oliveira) – Residência, Particular.

M31. Primeira Cadeia

Rua 20 de Setembro, 44, propriedade de Vera Lúcia Tunes Espindola, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Maria Manetti Costa) – Órgão Público, Particular.

Rua 20 de Setembro, 50, propriedade de Sucessores de Dakir Gaspar, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Maria Manetti Costa) – Comércio, Particular.

M32. Casa de José Carlos Leopoldo

Rua 20 de Setembro, 08, propriedade de Renato Buchewtz, protegida pela Lei Municipal nº 10/1956 (Manuel Ricardo Lucas) – Residência, Particular.

M33. Fonte dos Pinheiro

Rua da Fonte dos Pinheiros, sn, propriedade do Município de Piratini, protegida pela Lei Municipal nº 767/1984 (Bica)

Imóveis inventariados que possuem proteção legal de acordo com a Lei Municipal 767/1984, por estarem localizados na área do Centro Histórico embora não estejam relacionados especificamente.

1. Igreja Matriz Nossa Senhor da Conceição

Praça da República Rio-grandense, S/n, propriedade da Mitra Diocesana de Pelotas – Institucional, Particular.

2. Prefeitura Municipal de Piratini

Rua Comendador Freitas, 255, propriedade do Município de Piratini – Órgão Público.

3. Casa do General Neto

Rua Gal. Bento Gonçalves, 13, propriedade de Sucessores de Osvaldo Corral – Comércio/Residência, Particular.

4. Casa de Domingos Manetti

Rua Cel. Manoel Pedroso, 221, propriedade de Sucessores de Miguel Dias Manetti – Ruínas, Particular.

5. Casa de Idalino d'Ávila

Av. Gomes Jardim eq. Rua Gal. David Canabarro, nº. 241/245, propriedade de Sucessores de Edelmiro Moreira – Comércio, Particular.

6. Casa de Roque Soares do Amaral 1

Av. Gomes Jardim, nº. 85, propriedade de Luis Antônio da Cunha Farias – Comércio, Particular.

7. Casa de Roque Soares do Amaral 2

Av. Gomes Jardim, nº. 95, propriedade de Glaci Amaral – Comércio, Particular.

8. Casa de Anibal Garcia

Av. Gomes Jardim, nº. 61, propriedade de Eli Maria Rocha de Ávila – Comércio, Particular.

9. Casa de Moreira Fabião

Rua Gal. Bento Gonçalves eq. Travessa Garibaldi, 06, propriedade de Sucessores de Assis Pinheiro Amaral – Comércio, Particular

10. Casa de Belarmino José Madruga

Rua Gal. Bento Gonçalves, 159, propriedade de Paulo de Jesus Goulart Borges – Comércio, Particular.

11. Casa de Antonio Leite de Souza

Av. Gomes Jardim, 229, propriedade de Pedro da Silveira Gonçalves – Comércio/Residência, Particular.

12. Casa de Afonso Crespo

Rua Cel. Manoel Pedroso, 143/151 propriedade de Paulino Taylor Motta Lopes – Comércio/Residência, Particular

13. Casa de Ivo Soares do Amaral

Rua Comendador Freitas, 307, propriedade de Alziro Marino Dutra e Silva – Residência, Particular.

14. Casa de Ivo Soares do Amaral

Rua Comendador Freitas, 305, propriedade de Sucessores de Atilano de Deus Farias – Residência, Particular.

15. Casa de Dom Corral

Rua Comendador Freitas, 291, propriedade de Anadir Vargas Cardoso – Residência, Particular.

16. Casa de Antonio Correa da Silva 1

Rua Daltro Filho, 79, propriedade de Mariza Barbosa de Jesus – Residência, Particular.

17. Casa de Antonio Correa da Silva 2

Rua Daltro Filho, 89, propriedade de Maria Aldina Guastucci – Residência, Particular.

18. Casa Corina Cruz

Situada na Rua Bento Gonçalves, 33, propriedade de Ary Cruz – Comércio, Particular.

Imóveis inventariados que possuem proteção legal por estarem localizados no entorno do Centro Histórico.

1. Casa Mario Manetti

Situada na Rua 20 de Setembro, 318, propriedade de Mario Luis Silveira Manetti – Residência, Particular.

2. Hotel da Dona Joaquina

Situada a Av. Seis de Julho, 13, propriedade do Sr. João Motta – Residência, Particular .







Glossário

Camarinha

Telha colonial ou
capa e canal

Cimalha

Pestana

Verga reta

Arco abatido



Coruchéu

Buzinote

Arco trilobado

Nicho

Óculo

Arco pleno



Cimalha
Telha colonial ou
capa e canal
Beira-seveira
Pestana
Arco abatido

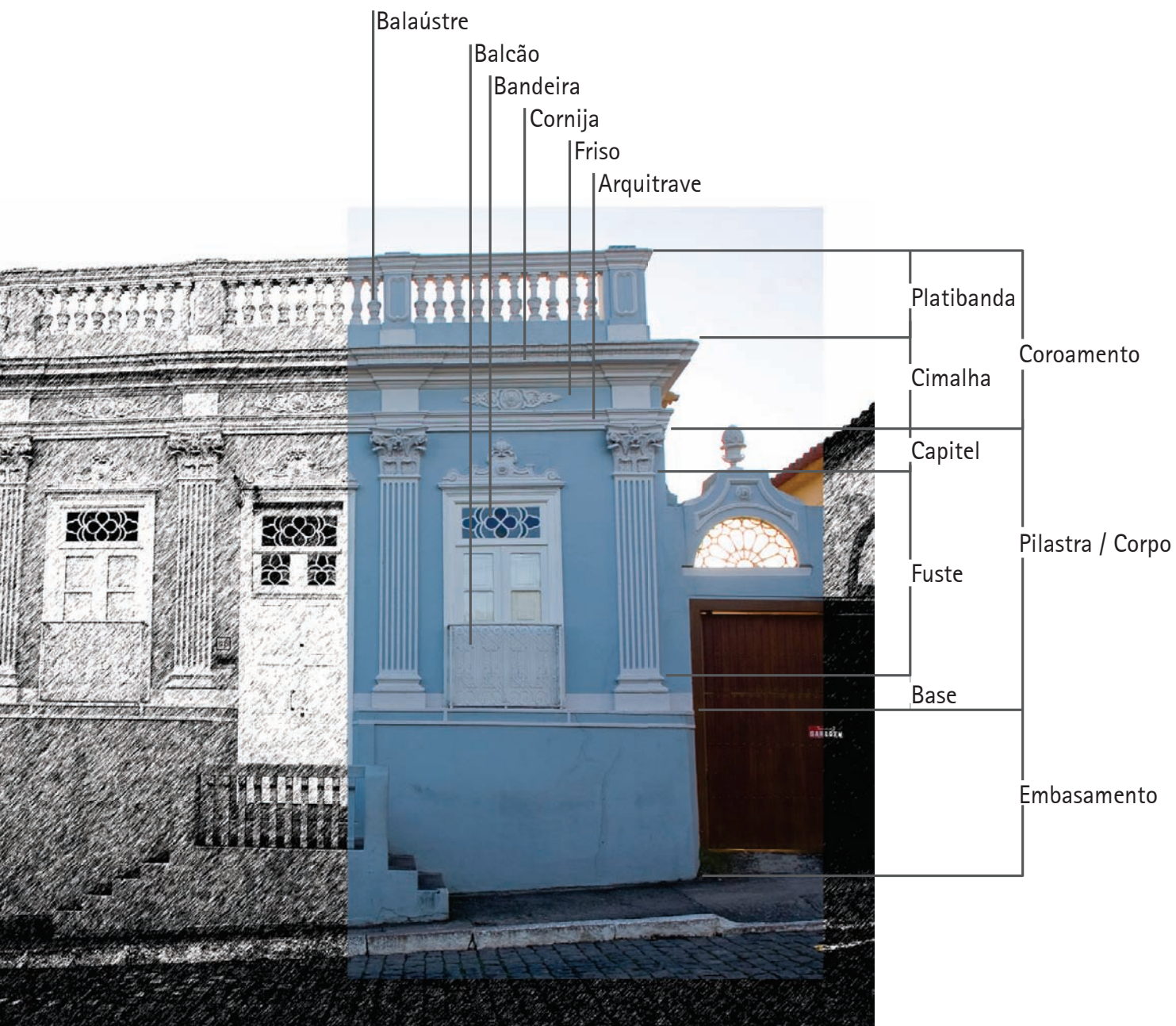


Jarrão
Antefixo



Galbo
Cunhal
Verga reta
Bandeira





Aberturas – Vãos, fendas ou recortes em ou entre volumes de edificações, principalmente portas e janelas.

Açoteia – Terraço, localizado em área superior de edificações.

Almofadas – Peças salientes ou reentrantes, guarnecidas de filetes, molduras ou ranhuras, geralmente quadrangulares, em obras de madeira, pedra ou outro material.

Antefixos – Série de elementos ornamentais geralmente de argamassa, colocados nos coroamentos de edificações para encobrir telhados.

Arco abatido – Tipo de arco achatado em que a flecha é inferior à metade do raio.

Arco pleno – Tipo de arco que tem por perfil do intradorso (face interior e côncava do arco) uma semi-circunferência. Arco semicircular, de meio ponto, de volta inteira, de volta redonda, redondo, de pleno centro ou romano.

Arco trilobado – Tipo de arco formado por três lóbulos (segmento de círculo).

Aresta – Linha formada pelo encontro de superfícies de peças ou elementos construídos.

Arquitetura tradicional luso-brasileira ou colonial – Adaptação brasileira da arquitetura portuguesa tradicional, a partir do período colonial. Estruturas em taipa de mão ou alvenarias de pedras ou tijolos, revestidas e pintadas com cal. Linguagem sóbria e elegante, caracterizada por fachadas com ritmo regular entre cheios e vazios e pelas extensas coberturas com telhas capa-e-canal ou colonial. Vãos geralmente com verga reta ou arco abatido, esquadrias em guilhotina, com caixilharia em quadros. As edificações de primeira época são identificadas por estruturas com predominância de cheios sobre vazios. Com a evolução, as aberturas se ampliam, modificando-se estas relações.

Art Déco – Estilo de artes decorativas aplicado à arquitetura, caracterizado pela utilização de motivos geométricos, linhas retas, círculos, raios e volumes planos ou curvos.

Baixo-relevo – Trabalho de escultura em que as figuras sobressaem muito pouco em relação à superfície que lhes

serve de fundo.

Balaústres – Pequenas colunas decorativas que sustentam travessa ou corrimão. Dispostas em intervalos regulares, formam balaustradas para arremate de platibandas, anteparo de vãos ou divisórias.

Balcão – Sacada localizada em fachadas, nos pisos superiores das construções.

Bandeira – Parte superior de vãos (portas e janelas), geralmente incorporada à estrutura destes, fixa ou basculante. Sua função é melhorar a ventilação e iluminação de um ambiente interno.

Beiral, Beira ou Beirado – Prolongamento da cobertura que avança sobre as paredes externas de uma edificação.

Beira-seveira – Beiral cuja extremidade se apoia em cimalha feita com duas fiadas de telhas engastadas no alto da parede externa, rebocadas. A fiada superior é chamada de beira e a inferior chamada de seveira ou sobeira. Se forem três fiadas se chamará beira-seveira e bica.

Buzinote – Cano situado na parte mais baixa de balcões, terraços ou sacadas e nas calhas, destinado ao escoamento de águas pluviais. Em construções antigas às vezes era decorado em boca de peixe ou de dragão.

Cachorro – Peça em projeção ou balanço (braço) de madeira ou pedra, usada como suporte para beirais, pisos de sacadas, balcões ou outros elementos. Mísula, console ou peanha.

Caixilho – armação de madeira, metal ou outros materiais das esquadrias onde se fixam vidros ou vedações. Caixilharia.

Camarinha – Tipo de água furtada usado como cômodo habitável, que se eleva sobre a cobertura do último pavimento, com telhado independente.

Cantaria – Conjunto de técnicas utilizadas no corte, aparelhamento ou preparação de pedras para estruturas ou ornamentações de edificações, em formas geométricas ou figurativas.

Canteiro – Profissional que trabalha ou aparelha pedras em cantaria.

Capela-mor – Parte da igreja onde está situado o altar-mor, que é o principal de uma igreja, localizado ao fundo do templo, geralmente dedicado ao padroeiro ou orago.

Capitel – Cabeça, coroamento ou arremate superior de uma coluna ou pilastra.

Casas de Esquina – Edificações com duas testadas, construídas em lotes quadrangulares.

Casa com acesso lateral – Edificação térrea implantada em uma das laterais do lote, geralmente com acesso principal pelo jardim, com escada e porão.

Casa de meia morada – Edificação térrea com planta estruturada por corredor lateral, com compartimentos internos dispostos em seqüência. Fachada, com porta lateral e duas ou mais janelas. Estas edificações às vezes são geminadas, apresentando plantas simetricamente rebatidas, com frontão comum, como se integrassem uma única edificação.

Casa de morada inteira – Edificação térrea, construída em lotes com testadas maiores que as anteriores, com planta estruturada por corredor central e compartimentos internos em seqüência, nos dois lados. Fachada com composição simétrica, com porta central e duas ou mais janelas em cada lado. Fachadas com ornamentos e frontão e em alguns casos, porão.

Casa de porta e janela – Edificação térrea, construída em lotes estreitos, ocupando toda a testada, com porta e janela na fachada e pátio nos fundos do lote.

Casa isolada no lote – Edificação térrea, no jardim, com afastamento em todos os lados do lote. O acesso pode ser frontal, centralizado ou lateral.

Casa tipo cachorro sentado – Edificação popular térrea típica da fronteira, com frontão e meia água com caimento para os fundos.

Cimalha – Moldura contínua saliente, arremate no alto das paredes externas de fachadas, sob o telhado. Parte superior da cornija.

Coluna – Elemento vertical de sustentação de edificações, com seção transversal circular.

Coivara – Técnica agrícola tradicional utilizada em comunidades indígenas no Brasil. Inicia-se a plantação através da derrubada da mata nativa, seguida pela queima da vegetação.

Cornija – Conjunto de molduras salientes que servem de arremate superior às obras de arquitetura.

Coro – Espaço destinado aos cantores, geralmente localizado sobre a entrada das igrejas de origem portuguesa.

Coroamento – Parte superior da edificação que encobre a cobertura. No coroamento localizam-se as platibandas e os frontões.

Corpo – parte principal da fachada, onde se encontram os vãos (portas e janelas). Na arquitetura historicista a edificação é geralmente marcada por pilastras e frisos.

Coruchéu ou Pináculo – Arremate piramidal de um edifício, torre ou campanário.

Cunhal – Canto externo vertical saliente de madeira, pedra ou argamassa, localizado na convergência de paredes ou muros de edificações. Quando mais elaborados, apresentam em sua composição, base, fuste e coroamento.

Cúpula – Abóbada esferóide assentada sobre plano circular, elíptico ou poligonal. Denominação da face externa: extradorso. Denominação da face interna: intradorso.

Cúpula de barrete de clérigo – Cúpula formada pela intersecção de duas abóbadas de berço, externamente com quatro arestas.

Ecletismo – Termo utilizado inicialmente por Johann Joachim Winckelmann para denominar a combinação ou sincretismo de diferentes estilos em uma mesma obra arquitetônica.

Efigie – Representação plástica da imagem de uma pessoa em vulto ou relevo.

Embasamento – Base ou parte inferior de edificação, às vezes correspondente ao porão.

Empena – Parte superior das paredes externas, acima do forro, fechando o vão formado pelas duas águas da cobertura.

As empenas urbanas, na arquitetura tradicional luso-brasileira, geralmente se dispõem nas fachadas laterais. Quando nas fachadas principais, em alguns casos, adquirem a forma de frontão.

Esquadrias de abrir, à francesa – Esquadrias com quatro folhas de abrir, para o interior, sendo duas externas, com caixilhos de vidros e duas internas, com postigos.

Estilo arquitetônico ou artístico – Denominação utilizada para classificação de períodos da história da arquitetura e das artes de acordo com características formais, técnicas e materiais.

Estuque – Técnica utilizada na construção de forros ou paredes. Estrutura feita de materiais como: talos de folha de palmeiras, taquara ou bambu, varas roliças, ripas de madeira lascada ou serrada ou telas metálicas. O preenchimento e revestimento feito com argamassas de barro e fibras vegetais ou de cal e areia fina ou gesso, posteriormente pintado.

Freguesia – Denominação de origem portuguesa utilizada no período colonial para as menores divisões administrativas, correspondente às povoações cabeça-de-paróquia.

Friso – Parte plana do entablamento entre a cornija e a arquitrave.

Frontão – Elemento de composição arquitetônica, geralmente constituído por um triângulo isósceles, correspondente à empena frontal formada pelas águas do telhado, arrematado por molduras e freqüentemente decorado no tímpano. Se sobrepõe a fachadas, pórticos, portas, janelas ou nichos para esculturas.

Frontão curvo – Frontão formado com segmentos de círculos.

Frontispício – Fachada principal ou frontaria de uma edificação.

Fuste – parte da coluna entre a base e o capitel. Pode ser feito em peça única ou em segmentos chamados tambores.

Galbo do telhado – Mudança na inclinação do telhado

com a introdução de peças (contrafeitos) nas extremidades, próximos aos beirais, gerando elegantes curvaturas típicas de telhados antigos além de afastar as águas das paredes.

Gateira – Abertura sobre os alicerces para ventilação dos porões.

Geminada – Edificação dupla, geralmente térrea, com plantas rebatidas simetricamente e cobertura comum.

Grimpa – Elemento ornamental feito de chapa metálica com lâmina móvel que gira em torno de uma haste para indicar a direção do vento. Cata-vento.

Guarda corpo ou Parapeito – Proteção vertical utilizada em sacadas, balcões, terraços, escadas e em outros elementos arquitetônicos.

Jarrões e Compoteiras – Elementos ornamentais de louça ou cimento colocados sobre platibandas ou balaustradas.

Lote ou terreno – Unidade territorial que compõe a estrutura fundiária urbana ou rural.

Madeira policromada – Técnica de acabamento utilizada em esculturas de madeira, que consiste em aplicar sobre a peça entalhada e lixada, uma base para o nivelamento (gesso e cola) e posteriormente aplicar a policromia (tinta/pigmentos coloridos), com ou sem douramento.

Modernismo – Movimento cultural que, na arquitetura, defende o rompimento com as estruturas e formas artísticas do passado, propondo novas relações entre forma, função e estrutura, por meio de linhas puras, do racionalismo e funcionalismo em seus projetos. Caracterizado por edificações isoladas, integradas à paisagem, com sistema estrutural independente, geralmente em concreto armado, sobre pilotis, com amplas vidraças, quebra sóis e terraços ajardinados.

Moldura – Superfície saliente ou reentrante, curva ou reta, mista ou sinuosa, usada como arremate ou ornamento nas construções.

Nave – Espaço da igreja que vai desde a entrada até a capela-mor ou presbitério, ocupando total ou parcialmente o espaço da construção.

Neoclássico – Movimento artístico que gerou estilo inspirado nas ordens clássicas da arquitetura grega e romana. No Brasil, teve impulso a partir da Missão Artística Francesa no Rio de Janeiro (1816).

Nicho – Reentrância limitada à espessura da parede normalmente encimada por uma semi-calota esférica e que serve para abrigar imagens.

Óculo – Abertura geralmente de forma circular ou elíptica, destinada à ventilação e iluminação.

Ombreiras – Peças verticais fixas dos marcos de portas e janelas, que sustentam as vergas, interna ou externamente às alvenarias. Quando aparentes, se chamam umbral.

Paredes Divisórias – Paredes secundárias (internas) de edificações. Em alguns casos, denominadas como tabiques.

Paredes mestras – Paredes principais ou muros externos (fachadas e laterais) de edificações.

Pedestal – Suporte com base sobre o qual se assenta uma estátua ou imagem.

Pé-direito – Altura livre entre o piso e o teto de qualquer compartimento, cômodo ou pavimento.

Pestanas – Friso ou pequeno prolongamento das vergas e sobrevergas de portas e janelas, usada como proteção para chuva.

Pilar – Elemento estrutural vertical para sustentação de edificações.

Pilastra – Pilar de seção quadrada, integrado à parede, apresentando-se ligeiramente saliente a esta. A decoração do capitel das pilastras segue as ordens clássicas;

Piloti – Na arquitetura moderna, conjunto de pilares que sustentam uma edificação, liberando um pavimento, geralmente o térreo.

Pináculo – Ver Coruchéu.

Platibanda – Mureta de alvenaria maciça ou vazada construída no topo das paredes externas de uma edificação, que se destina a proteger o telhado ou a ornamentar a fachada. Cega ou vazada.

Protomodernismo – Período de transição para a arquitetura moderna, racionalista, que utiliza estruturas geométricas, linhas e volumes puros, sem ornamentação.

Púlpito – Espaço elevado, na nave de uma igreja, de onde um religioso passa mensagens aos fiéis.

Rosácea – Ornato arquitetônico em forma de rosa; grande vitral circular de igrejas; grelha decorativa de forma circular para a saída de ar quente acumulado nas partes altas da sala de espetáculos, e que, normalmente, circunda o pêndulo do lustre central.

Rua corredor – Denominação dada ao tipo de ocupação contínua das edificações junto aos dois alinhamentos frontais, sem recuos, formando "corredores".

Sacadas em púlpito – Nome dado às sacadas isoladas, guarnecidas por guarda corpos em gradis de ferro forjado, apoiados em uma base saliente, bacia ou concha.

Sineira, Espadana – Campanário de uma única parede que se prolonga além do telhado na qual estão abertos vãos para os sinos. Elemento mais raro na arquitetura brasileira é comum na espanhola.

Sistema construtivo – Conjugação de técnicas, materiais e métodos utilizados na construção e estruturação de edificações.

Sobrado – Edificação com mais de um pavimento, geralmente sem porão. Em alguns casos, o térreo é para uso comercial.

Telha colonial, Capa e Canal ou Portuguesa – Tipo de telha de barro cozido, formada por duas peças semelhantes (em forma de meio tronco de cone truncado), encaixáveis, dispostas em linhas e fiadas, utilizadas uma como capa e outra como canal para o escoamento de águas dos telhados.

Tímpano – Espaço geralmente triangular ou em arco, liso ou ornado com relevos, limitado pelos três lados do frontão.

Tipologia – Estudo ou descrição de características arquitetônicas ou urbanísticas recorrentes em um grupo determinado.

Traçado a cordel – Traçado retilíneo das ruas. Era realizada pelo arruador com uma corda (cordel) para que as edificações ficassem alinhadas.

Traçado urbano – Forma da estrutura urbana ou do desenho da cidade, resultante da disposição das vias públicas, quarteirões.

Traçado irregular – Forma de estrutura urbana que não segue um padrão ou regra. Geralmente aplicado aos traçados espontâneos ou aos adaptados aos condicionantes topográficos, orgânicos.

Traçado regular – Forma de estrutura urbana planejada que segue um padrão ou regra. Geralmente aplicado ao traçado ortogonal.

Traçado orgânico – Forma de estrutura urbana adaptada aos condicionantes topográficos.

Traçado ortogonal – Forma de estrutura urbana planejada onde as linhas de arruamentos e quarteirões quadrangulares formam ângulos retos.

Verga – Viga, peça horizontal de madeira, pedra ou ferro, componente do marco das portas ou janelas que se apóia nas ombreiras.

Vestíbulo – Espaço de um edifício localizado entre a entrada principal e a escada interior.

Voluta – Ornato espiralado, geralmente utilizado em capitéis ou frontões.

Para saber mais

www.turismopiratini.com.br

<http://www.monumenta.gov.br/site>

<http://www.prefeiturapiratini.rs.gov.br/site/content/historia/index.php>

<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>

<http://www.icomos.org.br/cartas/Princípios%20para%20análise,%20conservação%20e%20restauração%20estrutural%20do%20patrimônio%20arquitetônico.pdf>

http://www.viapolitica.com.br/sonhos/16_a_revolucao.php

Referências bibliográficas

ADONIAS, Isa. *Imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

ALBERNAZ, Maria Paula e Lima, Cecília Modesto. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. Vol 1. São Paulo: Pró-Editores, 1997-98.

ALMEIDA, Davi Souza de. *História do Município de Piratini – Roteiro Histórico e Sentimental*. Piratini: Ed. C.T.G. 20 Setembro, 1969.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Presença açoriana*. Porto Alegre: EST, 1993.

BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau. *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

CHEUICHE, Alcy . *Luigi Rossetti – O Jornalista Farroupilha*. Oficina de Criação Literária. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2007.

CORONA, Eduardo & LEMOS Carlos Alberto Cerqueira. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Companhia das Artes, 1998.

COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul. Completo estudo sobre o estado*. Porto Alegre: Globo. 1922.

CURTIS, Júlio Nicolau Barros de. *Vivências com a Arquitetura Tradicional do Brasil: registros de uma experiência técnica e didática*. Porto Alegre: Ed.Ritter dos Reis, 2003.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato; ROMAN, Vlademir; STORCHI, Ceres. *Guia de Arquitetura da Costa Doce – Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Sebrae, 2009.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato; SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/IPHAN, 2004.

D'ÁVILA, Jayme Lucas. *Povoadores de Piratini: açorianos (casais d'el-Rey), militares, tropeiros, aventureiros e outros*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2007.

Dicionário de Arquitetura e Artes Plásticas. Arte no Brasil. Fascículos 1 a 48. São Paulo, 1979.

_____. *O período pós-Revolução Farroupilha e O forte frustrado do Cerro da Pólvora*. In: *Gente e Coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

DUMAS, Alexandre. *Memórias de José Garibaldi*. Rio Grande, Oficinas a vapor d'O Intransigente, 1907.

DUTRA, Iracema Ferreira. *História e Memória de Piratini – em seus bairros, ruas, praças e avenidas*. Porto Alegre, Ed. do Autor, 2008.

FILHO, Osmar Barros, SEELIG, Ricardo Vaz e BOJUNGA, Sylvia, Org. Sonhos de Liberdade, O legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita. Coleção Sujeito e Perspectiva, Vol 4. Ed. Laser Press. Porto Alegre, 2007.

GOLIN, Tau. *O povo do Pampa*. Passo Fundo, Editora Universitária, UPF, 2004.

LEMOS, Carlos A. Cerqueira. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.

_____. *Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Ed. Melhoramentos. 1979.

MORAES, Carlos Dante de. *Figuras e Ciclos da História Rio-Grandense*. Porto Alegre: Globo, 1959.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 3ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*.

PEVSNER, Nikolau, FLEMING, John, HONOUR, Hugh. *Dicionário Enciclopédico de Arquitetura*, Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

RAMBO, Pe. Balduino S. J. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. 2. Ed. Porto Alegre: Selbach, 1956.

REIS, Nestor Goulart – *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.

RHODEN, Luiz Fernando. *Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

RODRIGUES, Miriam Sartori. *A Contribuição do Patrimônio Cultural na Qualidade Visual da Paisagem Urbana* – Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Orientação Dra. Maria Cristina Dias Lay, PHD. Porto Alegre, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros. Brasília: Editora do Senado Federal, 2002.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900/1990*. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Riograndino da Costa e. *Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul*. Coleção Província. Porto Alegre: Editora Globo, 1968

WEIMER, Günter. (Org.). *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.





PAISAGEM do SUL
EDITORA



ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS
DO MUSEU HISTÓRICO
FARROUPILHA



 **BNDES**

Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA